

SESSÕES DO PLENÁRIO

120ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de dezembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUIZ AUGUSTO (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(55)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Há na mesa um requerimento:

(Lê) “*Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.813/2016 para o Projeto de Lei nº 22.051/2016; Requerimento de Prioridade nº 8.814/2016 para o Projeto de Lei nº 21.999/2016 e o Projeto de Lei nº 21.999/2016.*

Sala das Sessões, 06.12.2016.”

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Leitura do expediente

OFÍCIOS

Do Deputado Zé Raimundo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 10, 11, 17, 24 e 25/10/2016.

Da Deputada Ângela Sousa comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 29 e 30/08/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr. Deputado Aderbal Fulco Caldas, Luciano, senhoras cadeiras vazias, Srs. da Imprensa, das Galerias, Srs. Funcionários, chego triste a esta tribuna. A vontade que dá é entrar calado e sair mudo. Quando me lembro do meio bilhão de reais que estamos jogando fora diante de um panorama desse, fico triste.

Gostem ou não, cada um tem direito à sua opinião, e eu respeito todas as opiniões, pois quero ter as minhas, de igual modo, respeitadas. Mas aqui nesta Casa é interessante. Aqui se briga por tudo, por qualquer luz que apareça; tem deputado que gosta de correr em direção à luz. Aqui se briga disputas intestinas pelo poder, mas acho que por vezes nos esquecemos do múnus parlamentar.

Temos aqui direitos, e não precisa que eu lembre quais são os direitos de todos e de cada um, pois esta é uma ferida que ninguém pode tocar: retirar um direito. Mas, a cidadania não é feita só de direitos. É feita de um conjunto de direitos e um conjunto de obrigações.

Passei o primeiro semestre, deputado Luciano, acovardado, triste, porque, em função de 3 fraturas na coluna lombar, me vi impedido, por ordem médica, do deslocamento que faço todos os dias entre Feira de Santana e Salvador, inexoravelmente todos os dias.

Estava de licença, mas estava incomodado porque me sentia como um gigolô do Poder Legislativo. Tinha eu, o meu mandato, estava impedido por razões médicas de exercitá-lo, e isso me trazia uma dor doída no coração. Eu não sei qual é a dor que me dói mais, a trazida pela distância ao cumprimento do meu dever, da minha obrigação, como eu passei os primeiros 6 meses deste ano nesta Casa, ou, em outras oportunidades, em oportunidades distintas, fui submetido a duas cirurgias cardíacas.

Isso me incomodou muito, mas a dor mais doída é ver pessoas que aqui se candidataram para Mesa, que pedem o voto e que lutam dentro de bancadas, dentro de partidos para serem indicados para a Mesa... Porque esse diacho dessas cadeiras da Mesa devem ter visgo, devem ter alguma coisa boa! Eu já fui 3º ou 4º vice-presidente desta Casa, nos tempos pretéritos, e não vi nada de bom! Até o carro era pior! Mas, hoje, apesar dessa disputa que se faz por uma indicação para a Mesa, não aparece um, meu irmão! O pobre do Dr. Carlos Machado tem de estar pedindo por favor para o que é obrigação: arranjar um incauto deputado para presidir uma sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

Ora, se os deputados fossem meus pacientes eu diria a eles, como digo aos meus pacientes gordos, obesos: A sua doença não é o mioma, a sua doença não é a vesícula, não é a pedra na vesícula, a sua doença é a obesidade! Passe na farmácia ao lado, compre por R\$ 20,00 um remédio e você, o senhor ou a senhora, perderá 20 quilos em 60 dias.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Esse remédio tem como nome vergonha, e eu mando eles passarem vergonha na boca de manhã, meio-dia e de noite, para pararem de comer e emagrecerem. Estamos precisando de um chá de vergonha, para essa Casa voltar a pujança que eu já conheci em tempos pretéritos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, boa tarde a todas e a todos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, minhas colegas deputadas, meus colegas, deputados, a notícia que nos chega, neste momento, há poucos minutos, é que o Senado não aceitará a liminar do Supremo Tribunal Federal que afasta Renan Calheiros.

A crise brasileira se avoluma. Acabei de ver nas redes sociais o líder do MBL se manifestando contra o afastamento de Renan Calheiros, porque um petista iria para a linha hierárquica da presidência da República, que corre o sério risco de ver afastado o presidente Temer. É o que se espera, pelo menos é o que se ouve nos bastidores de Brasília. Lá só se fala isso: Até quando Temer vai durar?

A quem, de fato, interessa esta crise, nesta profundidade? Eu acho que o processo de transparência, o processo de investigação e o processo de jurisdicionalizar a política deve acontecer. Não está longe, não devemos estar longe de ver o Brasil passado bem a limpo. Mas, a cada momento fica mais nítido que parece não ser essa a pretensão, parece que a pretensão é a desqualificação do processo democrático, é a desconsolidação das conquistas democráticas deste País. Uma instituição democrática forte deve suportar qualquer investigação, qualquer situação. Mas, quando se chega a um tal nível de generalização numa investigação que a gente viu desde o seu início... Inclusive é bom lembrar, tenho tranquilidade de

dizer que sou do PT, e com o apoio do meu partido, sob a égide dos dois governos da presidenta Dilma e do presidente Lula, foram tomadas 25 posições e medidas que mais visaram a transparência e o fortalecimento institucional do Poder Judiciário, da Polícia Federal, do Ministério Público e das instituições democráticas do Brasil.

Foi nos governos de Lula e Dilma que nós vimos a CGU funcionar, a transparência se ampliar, a PF passar a ter o respeito que merecia. O Poder Judiciário e o Ministério Público nunca tiveram o diálogo que tiveram em nossos governos. E, diga-se de passagem, foi no Supremo, com 10 dos 11 ministros escolhidos pelo PT, que nós vimos políticos e grandes empresários presos, com a Justiça sendo destravada e partindo para ter um processo de independência jamais visto na República brasileira.

Agora é hora de pensarmos o que defender. Defender a autonomia, a independência ou a harmonia desses 3 Poderes. Mas defender também a responsabilidade de cada um deles. E caberá agora não só ao senador Renan, que toma um posicionamento, deputado Targino, que eu diria altivo, embora ele seja meu adversário... A situação que vimos é de que há muito já se tinha consciência dos erros graves que o presidente do Congresso vinha cometendo, mas o fato de ser apenas réu ainda não justifica, do ponto de vista legal, constitucional, um afastamento liminar numa conjuntura que, é claro, tem uma influência grande nos posicionamentos tomados nestes últimos dias - não quero aqui entrar no mérito - pelo próprio Senado.

Portanto, urge equilíbrio, urge responsabilidade, urge capacidade de entendermos que a profundidade desta crise está nos colocando na rabeira do mundo. Há 4 anos nós éramos a 6ª economia do mundo, hoje já não estamos mais nem na 10ª colocação. As condições de investimento deste País são as piores. O dinheiro mais rico do Brasil, que é o do pobre, porque ele roda, compra, circula, gera imposto, alimenta a alma, os sonhos e a esperança, é também o dinheiro mais justo da Nação. Mas desapareceu. E o dinheiro do rico está ficando mais guardado.

Voltamos à tônica dos ricos mais ricos e dos pobres mais pobres. E essa tônica não existiu neste País à toa. Existiu por uma visão estreita de uma elite medíocre. E por muito tempo essa elite, essa parte dos ricos - não coloco todos - não pensa nacionalmente, não pensa pra dentro. Pensa mais pra fora, buscando ser aliada de interesses outros, do que para o povo brasileiro.

Então, Sr. Presidente, encerro conclamando esta Casa para que tenhamos bem consciência das nossas disputas. Vi aqui 2 meses atrás o PMDB fazer foguetório. Eu dizia aos meus deputados: “Amigos, cuidado, porque este PMDB é nordestino, e não sei se isso agrada à elite paulista da Fiesp e àqueles do PSDB do Sr. Alckmin.” Mas foi tiro e queda. Está aí, agora, o Geddel sofrendo o que sofreu. Não vou falar no mérito do que aconteceu, pois é meu adversário...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Já encerrando, está claro que o jogo é jogado nas mãos de poucos que dominaram por muitos, muitos e muitos anos este País, mas agora talvez estejam mais fogosos do que nunca.

Que o Senado e o Supremo tenham equilíbrio necessário para não nos alavancar ainda mais nesta crise que já afeta por demais o povo brasileiro e o destino desta Nação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Aderbal Fulco Caldas, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, público das Galerias, nós baianos deveríamos nesta Casa, desta tribuna, exteriorizar o estágio de felicidade em que vive a Bahia. Enquanto na esfera federal se presencia desvio de conduta, falta de caráter, pessoas de alto nível trancafiadas na cadeia por desonestidade e o País quase paralisado em suas obras, vemos aqui que deveriam Oposição e Situação expressar, como farei daqui agora, o momento de progresso que vive o nosso Estado. Posso afirmar que, desde a fundação da cidade do Salvador, jamais esta capital teve uma fase de desenvolvimento em obras e serviços tão grande quanto a que presenciamos neste instante.

Daqui uns defendem o prefeito e acusam o Governo. E outros defendem o Governo, mas acusam o prefeito. Já eu quero elogiar meritoriamente o prefeito da cidade do Salvador e o governador da Bahia, Rui Costa, pois ambos gozam do melhor conceito. Ninguém os vê como atrabiliários, desonestos, pessoas sem caráter. Ao contrário, o prefeito soteropolitano e o governador baiano são pessoas de conduta retilínea, sem mácula, sem mancha.

A cidade do Salvador vive um momento de progresso, senão vejamos as obras públicas viárias que temos constantemente. Porém tivemos durante 12 anos um metrô chamado de “calça curta” que passou 12 anos sem ser inaugurado. E hoje se inauguram rapidamente estações do metrô, melhorando o trânsito da capital, duplicações e aberturas de novas avenidas. É o prefeito e o governador trabalhando!

Então, não há por que Oposição e Situação ataquem o prefeito ou o governador. Quero parabenizá-los, governador da Bahia e prefeito de Salvador, que desenvolvem um trabalho na nossa capital que dá outra dimensão, que nos devolve o orgulho de sermos baianos, de sermos soteropolitanos, porque vivemos um momento de progresso na administração municipal e federal.

Vejamos, meus amigos, 21 estados da federação estão atrasando folha de pagamento, parcelando folha de pagamento de seus funcionários enquanto que a Bahia está pagando em dia o seu funcionalismo. Eu queria fazer uma comparação entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Bahia. O Estado do Rio de Janeiro tem um orçamento de R\$96 bilhões enquanto que o Estado da Bahia tem um orçamento de R\$40 bilhões. A área superficial do Estado do Rio de Janeiro é precisamente do tamanho do Município São Desidério, Formosa do Rio Preto e Correntina. Três estados apenas têm a área superficial do tamanho do Rio de Janeiro, e não obstante a Bahia tem um orçamento de menos da metade do Rio de Janeiro. O governo continua trabalhando, inaugurando obra e pagando em dia o seu funcionalismo.

Portanto, eu parabenizo o prefeito de Salvador, ACM Neto, e me orgulho em ter como governador Rui Costa, que é um homem probo, honesto, operoso e competente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, colegas de plenário, Imprensa, primeiro quero parabenizar o colega deputado Aderbal Fulco Caldas pelo discurso elogioso ao melhor prefeito do Brasil, ACM Neto.

Mais uma vez, tenho que trazer um tema bastante batido: a saúde no atual governo do Estado. Quando se fala que se tem feito uma boa gestão da saúde, começo a questionar os números. Como é que se pode falar de boa gestão da saúde pela Sesab quando nós temos um HGE 2 bambo, que não funciona a contento; quando nós diminuimos os leitos da maternidade José Maria Magalhães, que sempre foi, no Estado da Bahia, uma maternidade de excelência? Diminuíram os leitos, dizendo que era para reforma. Mentira. Fecharam para diminuir o custo. Agora fomos surpreendidos pelo estado lastimável do Hospital Estadual Otávio Mangabeira – antigamente conhecido por alguns como Santa Terezinha, um hospital voltado para doenças pulmonares, DPOC, neoplasia de pulmão, tuberculose. Esse é o hospital de referência do Estado da Bahia para esse tipo de patologia. E qual foi a surpresa: dos 217 leitos somente estavam sendo utilizados – isso é o que está sendo noticiado pelos servidores – 90 leitos. Então, menos da metade dos leitos sendo utilizados, faltando insumos, medicação. Isso nos leva a crer que tentaram asfixiar a Sesab para justificar agora o que foi publicado no Diário Oficial sobre privatização daquele hospital.

Acho que isso é uma temeridade. Antes de darmos uma opção à população para esse tipo de patologia, para onde a população vai se dirigir, eles começam a privatizar um hospital. O que será feito desses funcionários?

Houve uma audiência pública com a minha ex-colega, amiga, a vereadora Aladilce, do PCdoB, que justamente questionava nessa audiência pública por que essa forma mesquinha de o governo do Estado tratar a saúde.

A partir do momento que o governo diz que não faria o contingenciamento dos recursos para a saúde e trata dessa forma o Hospital Otávio Mangabeira. Quando ele diz que vai privatizar esse hospital, que está fazendo uma grande gestão, peço que V.Ex^{as} pesquisem como está sendo feito o pagamento desses hospitais que prestam o serviço. Os hospitais dos mutirões, por exemplo, o que fazem?

Digamos, o Hospital Salvador, a Cato Vitória, o Hospital Manoel Vitorino, procurem ver se receberam os seus dividendos do ano todo. Não pagaram abril, não pagaram maio, dividiram em 7 parcelas e pagaram a segunda de abril e maio, para tentar recompor o caixa. De que forma alguém vai poder acreditar que vai melhorar a prestação de serviço quando o governo do Estado, a Sesab, não cumpre o que deveria cumprir?

Fiz alguns questionamentos, quero aqui aproveitar a presença do presidente da Comissão de Saúde, o deputado Alex da Piatã, para cobrar antes de a gente judicializar os questionamentos que fiz à Sesab, pedindo, por exemplo, nobre amigo, deputado a quem estimo muito, as informações de 2 anos atrás quando vim a esta tribuna, o deputado Fábio com certeza se lembra, quando a gente falou de próteses. Eles lançaram meia página em jornal de grande circulação que iam fazer uma revolução na ortopedia.

Fiz alguns questionamentos e até hoje não fomos respondidos. Fiz alguns outros questionamentos, baseado na Lei da Transparência, entrarei agora na Justiça para que ele possa responder esse questionamento e outros, porque o secretário, realmente, é silente, ele não fala. E agora quer privatizar também o hospital que é um ícone do tratamento das doenças pulmonares aqui no Estado da Bahia, ele quer privatizar, e não vai pagar, porque essa gestão tem provado que não paga os hospitais.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, venho mais uma vez a esta tribuna, como tenho feito com frequência, cobrar do governo estadual melhorias nas estradas da Bahia. Eu tenho vindo aqui quase que semanalmente para falar das péssimas condições de diversos trechos do nosso Estado.

Eu queria falar hoje, de forma específica, de uma região muito importante do nosso Estado, a região de Itapetinga. Itapetinga que é o polo da pecuária do nosso Estado e que tem sofrido com as péssimas condições das estradas que cercam o município e a região de Itapetinga.

Quero falar da BA-130, da estrada que liga Itapetinga a Macarani, que se encontra em péssimas condições, com buracos e não tem tido a manutenção adequada do governo do Estado e quem sofre é a população. A população que tem usar diariamente essa estrada, os enfermos, os estudantes, as pessoas que trabalham em outros municípios.

Além da BA-130, que liga Macarani a Itapetinga, eu queria falar de outra importante estrada dessa região, que é a BA-262, que liga Potiraguá à BR-101. Essa estrada, deputado Fábio Souto, foi construída pelo pai de V.Ex^a o ex-governador Paulo Souto, uma estrada importantíssima, que liga a região Sudoeste, liga Potiraguá até a BR-101, ligando até a importante região turística de Porto Seguro no Extremo Sul.

E, agora, com o período festivo e com as férias, quando o turismo aumenta e o movimento nessa estrada também, as pessoas vão ter de sofrer, também, com as péssimas condições das estradas passando por buracos e mais buracos. Péssimas condições nas vias estaduais impedem com que o cidadão possa viajar de forma tranquila sem quebrar o seu carro e sem sofrer perigos de acidentes e assaltos.

Então, mais uma vez, queria cobrar a atenção do governo do Estado para a questão das péssimas estradas baianas. A região de Itapetinga não só tem sofrido com as péssimas condições das estradas, mas também tem sofrido com a violência. Itapetinga e região sofreram com a seca e sentem a falta da atenção especial por parte do governo do Estado.

Queria falar, aqui também, sobre outra estrada. Trata-se da BA-262 que perpassa os municípios de Poções, Nova Canaã, Iguai, Ibicuí e Firmino Alves. Há estradas importantes naquela região que, também, se encontram em péssimas condições. Soube que o governador prometeu a recuperação dessa estrada, agora, recentemente. Queria saber do prazo para o começo dessa obra tão importante para o desenvolvimento da região.

Então, fica, aqui, mais uma vez, o meu apelo, especificamente para falar das estradas que estão em péssimas condições na região de Itapetinga como a BA-130 que liga Itapetinga a Macarani assim como a BA-270 que liga Potiraguá até a BR-101.

Fica, aqui, o meu apelo para o governo do Estado ter a atenção não só para a região de Itapetinga, mas também para toda a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Alex da Piatã durante 5 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, quero aproveitar, também, a presença de boa parte da imprensa baiana para agradecer o recebimento do prêmio de Destaque Parlamentar concedido através dos votos dos jornalistas de vários órgãos de imprensa que cobrem o dia a dia desta Casa. Tal prêmio aumenta mais ainda a nossa responsabilidade. Ao mesmo tempo em que agradeço, gostaria, também, de parabenizar os profissionais de imprensa pela votação oferecida a mim. E há de se destacar os meus parabéns aos jornalistas que, também, receberam os seus prêmios.

Eu gostaria de dizer que este prêmio foi muito promissor. Agradecemos, em primeiro lugar, a Deus, a todos aqueles que cobrem os acontecimentos nesta Assembleia Legislativa, aos colegas deputados que, também, foram premiados e a todos os que fazem parte desta Casa e que, juntos, desempenham o trabalho neste Legislativo.

Sr. Presidente, antes de adentrar diretamente ao assunto que venho tratar aqui hoje neste Plenário, quero só deixar algo ciente ao deputado Alan Sanches, porque ele fez duras críticas aqui ao secretário da Saúde do Estado em relação ao HGE, Unidade 2, mais conhecido como HGE 2. Gostaria de dizer que a Comissão de Saúde e eu fomos àquele local. Visitamos o local e constatamos a excelência de serviço oferecido no HGE 2. Para essa visita, além da Comissão de Saúde e da minha presença, outros deputados estiveram conosco como José de Arimatéia e Reinaldo Braga.

E, desde já, quero parabenizar o trabalho feito pelo secretário da Saúde do Estado, Dr. Fábio Vilas-Boas. A nossa alegria foi imensa em ver o HGE 2 em

perfeitas condições. Ao adentrarmos ao HGE 2, foi uma euforia presenciar o fato de se ter acabado com aquelas filas que ficavam, ali, pelos corredores durante anos e anos. E, agora, depois do pleno funcionamento do HGE 2, não há mais filas.

Então, podem ter certeza de que o deputado Alan não teve a oportunidade de ver, pois, por outros motivos, ele foi a outro evento. Mas o deputado Alan, também, foi convidado a ir ao referido hospital para presenciar o que nós vimos. Contudo, tenho certeza de que, por motivos superiores, ele não pôde estar presente naquele dia junto conosco. Bem, haverá outras oportunidades, deputado, e V.Ex^a poderá estar lá para ver e constatar, in loco, as excelentes instalações.

Sr. Presidente, quero reforçar, aqui também, o discurso feito por mim ontem em relação à posição do Supremo Tribunal Federal sobre a questão do aborto. Falei sobre isso ontem e, em contrapartida, recebi várias mensagens de retorno.

Quero reforçar, hoje, nesta Casa, com um quórum maior, o meu pensamento e o meu posicionamento. O STF fez o absurdo de permitir o aborto e proibir a vaquejada. Assim, o STF usurpou o poder do Parlamento e, conseqüentemente, o poder do povo por tentar descriminalizar o aborto, pois este tipo de crime está em lei e não importa qual o tempo do feto de 3, 4, 5 meses.

Depois de ter colocado a minha fala ontem, recebi vários comentários a meu favor. Inclusive, eu, até, me emocionei em ver vídeos mostrando a gestação de dois meses e meio, ou seja, antes dos três meses, onde tem a total formação do ser humano. E, no entanto, o STF surpreende a todos nós ao proibir a realização da vaquejada ao alegar que tal prática se trata de maus-tratos aos animais. Depois, o mesmo STF permite o aborto.

Ou seja, decidiu-se não valer os maus-tratos para com os animais. Vejam, não foi feita, sequer, uma audiência pública para tratar do assunto vaquejada. Mas quanto a matar o ser humano, há a morte pelo aspecto moral e, também, pelo aspecto legal. E o STF comete esse absurdo e ele não pode legislar sobre tal assunto.

Então, Sr. Presidente, quero conclamar esta Casa para não ficarmos no silêncio, a fim de que possamos responder a tudo isso, porque se assim continuar, este Parlamento e o Congresso Nacional serão extintos, uma vez que o Supremo acha que pode decidir.

E fico imaginando a chuva de comentários.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Já concluirei, Sr. Presidente.

O ministro Barroso esteve aqui na Bahia e disse que o então foco, no caso do aborto, foi um caso específico.

Mas quantos casos específicos, espalhados pelo Brasil, ocorrerão, de agora por diante, ao abrir esse precedente partindo do ponto de que o dom da vida é dado por Deus e só ele pode tirar esse dom?

Então, ficam, aqui, novamente, os nossos repúdios contrários a esta posição do STF em favor do aborto e os nossos repúdios contrários a esta posição do STF contra a vaquejada.

Peço o apoio de todos os parlamentares para podermos, juntos, repudiar atitudes como essas do Supremo, pois ele não tem autoridade moral tampouco legal para legalizar sobre o aborto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, funcionários da Casa, apreciaremos, hoje, aqui, o Orçamento do Estado da Bahia para o próximo ano de 2017.

Lamentavelmente, observamos que quanto às emendas feitas e apresentadas pela Oposição à proposta orçamentária, nem mesmo uma foi aceita ou acatada pelo parecer do deputado Nelson Leal e, também, pela Bancada do Governo nesta Casa. Isso é lamentável.

As obras e as ações, pretendidas e encaminhadas aos rincões da Bahia mais necessitados, não foram acatadas. Vale, apenas, a vontade do governador na construção do Orçamento. A Casa Legislativa, apenas, diz amém. Esta Casa votará aquilo que o governador quer sem qualquer contribuição deste Parlamento. Tal posição é lamentável!

Precisamos refletir sobre isso e sobre a votação que este Parlamento faz, sempre, às cegas, sempre, obediente, porque dá o direito ao governador para esta Casa ser, apenas, um anexo do Executivo. Caro deputado Hildécio Meireles, a maior prova disso é o projeto de lei encaminhado para esta Casa, o PL 22.057/2016. Como advogado e como cidadão, estou pasmo ao ver que o governador, neste momento de crise do País, quer tolher o acesso da população ao Judiciário. Não posso entender que a intenção do governador seja diferente, a prejudicar os advogados, a prejudicar as partes que precisam do socorro do Judiciário. Ora, pelo projeto apresentado, existem taxas que são majoradas em 498, 66%, ou seja, 500% de majoração.

Imaginem vocês, que uma ação com o valor de R\$1,5 milhão, o cidadão, para poder buscar a proteção judicial, precisará depositar, meu caro Dr. Geraldo, inicialmente, de R\$52.500 para propor a ação. Quem, ao ter um direito lesado, quem, ao procurar o Judiciário para poder rever um direito seu, uma proteção sua, pode dispor de R\$52.500 para ingressar no Judiciário com uma ação? E nós parlamentares vamos, calados, silentes, aceitar que a população baiana não tenha acesso ao Judiciário? Vamos aceitar que os advogados da Bahia não tenham condições de trabalhar? Porque eles não acharão clientes que tenham condições de arcar com as taxas cartorárias.

É de se imaginar que somente a certeza do Executivo de que esta Casa irá, com a ampla maioria da sua Base Parlamentar, sem discussão, sem contestação, votar aquilo que enviou, assim como vamos votar o Orçamento hoje sem modificar uma vírgula. Como entender que, neste momento tão grave da economia do País, o governador tem a coragem de enviar uma majoração de 500%?

E mais: as causas de menores valores, pelas quais pagávamos R\$300 da taxa inicial, vamos ter que pagar R\$3.500. Essa é a negação do acesso ao Judiciário. A população baiana, a partir daqui, somente os ricos, aqueles detentores de patrimônio alto e de liquidez, não basta ter patrimônio, tem que ter liquidez, conta em banco, vão poder bater às portas do Judiciário.

Por isso espero que nossos pares, da Situação e da Oposição, a qual tenho certeza de que nos acompanhará, não podem aceitar mais esse desrespeito com a população baiana e, sobretudo, com este Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Targino Machado por 25 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Galerias, caros funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Quero pedir a atenção de todos e de cada um, porque no presente momento da quadra nacional, precisamos ficar atentos a tudo, a todas as manifestações ou à ausência delas, porque absurdos se sucedem a todo momento, deputado Carlos Geilson.

Venho aqui iniciar minha fala dizendo que (Lê) “uma vida não basta para compreendermos todas as palhaçadas encenadas por um conjunto de comediantes alojados nos Poderes da República.

Para a população brasileira, como a baiana, o malfeito tem sido a regra. Mas vivam as exceções, que, apesar de raras, existem e precisam ser ressaltadas.

O Poder Executivo, em todas as esferas, está desmoralizado pelas falcaturas, montagem de quadrilhas com requintes – requintes – de especialização na construção de projetos para roubar, e roubar sem cerimônia, não poupando os mais jovens ou os mais velhos, todos contribuintes, desviando os recursos da merenda ao transporte escolar, da saúde à seguridade social.

O sistema bruto quebrou a Previdência Social. Agora, todos teremos que pagar a conta da reforma da Previdência, senão será pior. Esse é o discurso. E o pior é que disso todos nós já estamos convencidos. Então, que venha a reforma.

O Poder Legislativo, Sr. Presidente, o Poder Legislativo, Srs. da Imprensa, meus caros colegas deputados, era o ambiente para os mais cultos, os mais letrados, detentores de maior sabedoria, prontos para discutir e interpretar as vozes e sentimentos das ruas para redigirem as leis, enfim, os códigos. Todos os seus integrantes, dotados de envergadura e estatura moral para tal mister.

Ao longo do tempo a política mudou, perdendo princípios, chegando à quase ausência deles, nos tempos modernos, nos tempos hodiernos.

O Executivo, para poder melhor instrumentalizar as lambanças e imoralidades e dar ares de democracia aos governos, tratou de cooptar parlamentares como demônios a seduzir as vestais. Como sedução é proporcional à força do convencimento, e entenda-se convencimento como vantagem, como numerário. E os demônios não têm pressa ou limites, os Parlamentos, através de maiorias, foram tocados e aparelhados como legítimos vendilhões a serviço da má política.

O Poder Judiciário, Srs. Deputados, resultou da necessidade que as comunidades têm de resolver as controvérsias entre os membros da sociedade e os que estão fora dela, bem assim, de buscar-se mecanismo para reparar danos.

A Constituição federal estabelece os princípios da harmonia e independência entre os Poderes da República.

Foi uma obra de 1748 – *“Do Espírito das Leis”*, de Montesquieu, que reconheceu o desejo dos homens de viver em sociedade. Entretanto, essa reunião fez surgir um estado de guerra entre eles, tornando necessário o estabelecimento de leis. Somente no seu livro de número XI é que surgem as ideias fundamentais de Montesquieu para a doutrina da separação dos Poderes.

Para o filósofo francês, a liberdade política não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer; e em não ser constrangido a fazer o que não se deve desejar. Repito, para o filósofo francês, a liberdade política, abre aspas, *'não pode consistir senão em poder fazer o que se deve querer; e em não ser constrangido a fazer o que não se deve desejar'*, fecha aspas.

Em seguida, Montesquieu reconhece a dificuldade para assegurar-se essa liberdade. E diz, abre aspas: *'A experiência eterna nos mostra que todo o homem que tem poder é sempre tentado a abusar dele; e assim irá seguindo até que encontre limites'*.

E o próprio Montesquieu conclui: *'Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder contenha o poder'*.

Discorre sobre a separação entre espécies de poder: *'O Poder Legislativo, o Poder Executivo das coisas que dependem do direito...'*

Ou seja, o primeiro dos Poderes já era citado como o Poder Legislativo. O segundo, o Poder Executivo das coisas que dependem do direito das gentes, das pessoas. E o Poder Executivo daqueles que dependem do direito civil, deputado Zé Neto. A este último, cabe a tarefa de punir os crimes e julgar as questões dos indivíduos, sendo denominado por ele, abre aspas, *'Poder de julgar'*, fecha aspas.

(Lê) “Os conceitos de Montesquieu foram de fundamental importância para influenciar a existência de três Poderes distintos, com funções próprias, e que devem existir harmônica e independentemente para assegurar liberdade política e segurança jurídica.

As ideias do filósofo francês influenciaram a Constituição dos Estados Unidos da América, de 1787”.

Oh, que inveja me dá! A Constituição dos Estados Unidos é de 1787 e é cumprida à risca, com apenas 7 artigos.

As ideias de Montesquieu influenciaram também a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada pela Assembleia Nacional Francesa de 1789.

(Lê) “Estas ideias, aqui sucintamente referidas, não têm tido julgamento unânime. Têm esses pensamentos recebido críticas, e outros tantos juristas a atribuírem interpretação distorcida à Teoria de Montesquieu”.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Jornalistas, (Lê) “chegando aos fatos contemporâneos, lembro-me de uma frase de autoria do ministro do STF Marco Aurélio Mello: *'Os Poderes da República são Legislativo, Executivo e Judiciário e não o contrário'*.” Eu quero repetir, porque me trouxe orgulho e satisfação o dia em que vi aquele primo de Fernando Collor de Mello que foi levado à condição de ministro do STF por nada mais, nada menos que o seu primo. E um dia ele disse: (Lê) *“Os Poderes da República são Legislativo, Executivo e Judiciário e não o contrário.”* (Lê) *“No mínimo, quis o ministro aconselhar a descrição e os princípios do equilíbrio e tranquilidade como norteadores da conduta dos magistrados (Interpretação minha).*

O momento político descortina a maior crise de desconfiança da população nos seus políticos. Não à toa, mas fruto de tantas lambanças, maracutaias, improbidades e corrupção, que assolam o ambiente político nacional.

Desnecessário citar tantos malfeitos que já fazem parte do cotidiano da vida e dos noticiários nacionais, estaduais e municipais.

Presídios lotados de ex-autoridades do mundo político, e outros tantos na fila aguardando o deslinde de tanta imoralidade trazidas através de delações premiadas.

Bom que o Renan Calheiros foi declarado Réu. Bom que tenha sido alcançado por decisão judicial, mesmo que provisória, desprovida do devido processo legal. Este Renan é mais um canalha da terra dos marechais, que chegou ao poder trazido por seu primo Fernando Collor, em 1989, e que está aí por culpa dos eleitores e da tolerância do poder Judiciário que já deveria ter tomado providências contra ele há mais tempo.

Entretanto, contudo, todavia, é bom lembrar da frase de autoria do Ministro Marco Aurélio do STF: 'Os Poderes da República são Legislativo, Executivo e Judiciário e não o contrário.' Que esta frase, emanada da mais alta corte da justiça Nacional, sirva para nunca se perder de vista que ou é a democracia ou a guerra. Para o exercício na democracia, há de se respeitar as competências dos poderes da

República, dentro de uma existência harmônica e independente, sem invasão de competências, pois é isto que se aduz da frase do ministro retrocitado.

Gostaria de bradar orgulhosamente: o poder Judiciário é uma ilha livre de sujeira neste mar de lama que se espalhou nas instituições. Não por apego a qualquer sentimento ou circunstância, mas na certeza que os julgadores precisam ser vestais, limpos, detentores de isenção para julgar, além de saber jurídico a transformar as sentenças em tradutoras de justiça real, de confiança cega daqueles jurisdicionados, que, como eu, precisam da justiça como último caminho recursal.

Bom que o poder judiciário não desse ensejo, através de atos e sentenças à semelhanças com o poder monarca absoluta onde o rei só era responsável perante Deus.” É assim que os juízes se sentem, no momento, no Brasil, ou parecem sentir-se que só são responsáveis perante Deus. (Lê): “Doutrina esta que se notabilizou como “Direito divino”. Onde alguns magistrados se julgam Deus e outros já estão convencidos da sua divindade.

Não é possível o uso da toga para beneficiar loja Maçônica.” Não é possível o uso da toga para vender sentenças. Não é possível o uso da toga para relações pessoais com traficantes de drogas e políticos corruptos, bem (Lê): “como para praticarem...

como para praticarem assédio sexual a servidoras dos tribunais.

É grande o número de crimes cometidos por juízes e desembargadores em todo Brasil.

Revolta-me muito, acentuo, revolta-me muito, Sr. Presidente, a falta de punição para os chamados “Bandidos de toga”, pois estes quando são condenados, a pena é um prêmio: são aposentados com direito a salário quando não integral, proporcional e isso “ad aeternum”, isso é um prêmio.

Somente na Bahia, Srs Deputados, dois magistrados foram aposentados compulsoriamente por prática de crimes. Estes dois juízes bandidos receberam, nos últimos 12 meses juntos, mais de 752 mil reais- mais de 376 mil reais, para cada um, de salário, perfazendo um salário (superior a 31 mil reais por mês.)

O poder judiciário precisa banir os marajás, representados por aqueles que recebem supersalários - ou seja salário além do teto constitucional.

Bom que o judiciário fosse o farol sinalizador das Leis, unicamente. Sem máculas ou nódoas que o torna infelizmente menor.”

Faço uma ressalva para dizer que não tenho nada de pessoal contra os Poderes, nem mesmo contra o Poder Executivo e o Poder Judiciário, mas essa defesa minha não é acusando o Poder Judiciário, é defendendo a moralidade no serviço público. E, com muito prazer, sei que estou aqui falando também como longa manus dos juízes probos, corretos e decentes que hão de se sentir e estão se sentindo, certamente, muito constrangidos com essas denúncias todas que eclodem dentro do Judiciário.

E quero aqui elogiar quando necessário elogiar. Há ainda no Judiciário na Bahia e do Brasil vestais, arautos da moralidade, mas esses não são notícia, quem vira notícia é quem pratica o malfeito.

“A sociedade não perdoa político ladrão.” Vai distante o tempo em que a sociedade era leniente, tolerante e aceitava o político ladrão, aquele que dizia assim: “Roubo, mas faço.” Hoje, a sociedade evoluiu e não aceita mais isso. “Também não pode perdoar magistrados corruptos.”

Quero aqui abrir aspas para essa afirmação que não é minha: Lê “O Poder Judiciário não está além nem aquém de qualquer outro sacrifício que o povo brasileiro venha a passar.” Essa foi uma sentença de Gilson Dipp, ex-ministro do STJ e ex-corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

(Lê) “Finalizo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reiterando a cada um dos Srs. Deputados, notadamente aos senhores deputados membros da Mesa Diretora, que a sociedade exige que seja aprovada a Comissão Especial para apurar os supersalários existentes nos três poderes. O requerimento da nossa lavra, que solicita a criação, foi apresentado tempestivamente e protocolizado na Mesa Diretora, propondo a criação dessa Comissão Especial, e já tem designado um deputado relator.

Aguardamos a próxima reunião, já que hoje não houve, na próxima terça-feira, e me farei presente novamente para lutar no convencimento dos membros da Mesa Diretora para ver se conseguimos aprovar aquele requerimento, porque será salutar para esta Casa.”

Quero dizer aos Srs. Deputados que não é feliz que venho a esta Casa, não é feliz que leio uma notícia dessa.

Temos, na Bahia, 44 funcionários do Poder Judiciário – já nomeiei parte deles aqui, já dei para tirar xerox, fazer parte do meu pronunciamento, para assim ir para os Anais da Casa Legislativa – 44 funcionários, a maioria de nível médio, que ganham mais do que o teto salarial constitucional, que é o salário do ministro do STF. Infelizmente, hoje, um técnico de nível superior foi aposentado, a pedido, ganhando 48 mil e poucos reais. Isso é uma imoralidade. É desta forma que o Poder Judiciário quer agir? Não, não é possível!

E ainda Lewandowski vem à Bahia, no solo sagrado do sul da minha Bahia, da nossa Bahia, e diz que juízes não devem ter vergonha de pedir aumento. E ele argumenta que os juízes são operários do povo e que precisam ganhar bem, proporcional as suas competências e ao seu trabalho.

E o funcionário que está aí ralando todos os dias, que não está premiado nem protegido pela Constituição, que defere aos juízes, aos magistrados, a vitaliciedade, a inamovibilidade e irredutibilidade de salários? E quando são pegos com a boca na botija fazendo malfeito, associando-se ao crime, são condenados pelo STJ a aposentadoria compulsória com os valores absurdos e não perdem sequer o direito a advogar. Tomei conhecimento, porque a petição de qualquer um cidadão pode-se instalar o processo contra esses juízes ditos e sentenciados pelo Conselho Nacional de Justiça como criminosos. Até hoje nenhum desses 48 juízes afastados sofreu uma punição criminal pelos seus crimes. Então, o Poder Legislativo, nós, aqui, com todos os defeitos e mazelas que temos, estamos hospedados no dia sob a luz do sol. O Executivo, também, de igual forma, porque existem mecanismos de controle e fiscalização, mas por melhor que seja o sol, por melhor que seja a claridade, o Poder

Judiciário prefere o breu das tocas, a escuridão das caixas-pretas indevassáveis, e que têm trazido tanto prejuízo ao Erário, à saúde e à educação de nós todos.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Antes de iniciar a minha questão de ordem, Sr. Presidente, quero parabenizar o deputado Targino Machado por esse discurso corajoso, aliás, a coragem é uma das características principais do nosso colega deputado Targino Machado, e estamos aqui cada dia aprendendo mais com seus pronunciamentos.

Quero, Sr. Presidente, aproveitar essa questão de ordem para pedir uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a fizesse a chamada nominal e desse o tempo regimental de 15 minutos. E que não é nem usual, estranhei o pedido do deputado Hildécio Meireles, porque temos o Pequeno Expediente e logo em seguida os horários partidários, horários que naturalmente estão destinados ao debate político dos partidos. Essa solicitação, de certa maneira, impede o debate.

Quero que V.Ex^a, cumprindo o Regimento, desse o tempo regulamentar e convocasse nominalmente cada deputado que compareça ao plenário, porque teremos, hoje, importantes projetos para serem votados, teremos aqui projetos que vão no sentido de fortalecer os investimentos da Bahia, teremos o orçamento.

Então, quero que V.Ex^a convoque todos os deputados para que compareçam ao Plenário para marcar as suas presenças, Sr. Presidente. Essa é a nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, o deputado Hildécio Meireles solicitou uma questão de ordem e não marcou presença. Então, está prejudicada a questão de ordem do deputado Hildécio. Está prejudicada, ele não está presente, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Raimundo:- Não marcou, caiu a presença. Como não houve o registro, então caiu a questão de ordem do nobre Hildécio Meireles.

O Sr. Alex Lima:- No exato momento da minha questão de ordem, Sr. Presidente, ele não estava presente. Então, está prejudicada a questão de ordem do deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Achamos por bem, deputado Hildécio Meireles, que V.Ex^a formalize, após dar a presença. V. Ex^a poderá formalizar a sua questão de ordem e pedir a verificação de quórum.

O Sr. Hildécio Meireles:- Eu estava ali conversando com o secretário Carlinhos. Eu insisto...

A Sr^a Luiza Maia:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Alex Lima:- Zerou o painel, Sr. Presidente, pode perguntar à Informática.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Quando ele fez a questão de ordem, nobre deputado, não tinha marcado a presença.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, conheço V.Ex^a, avalizo por V.Ex^a, e estou triste por V.Ex^a com a envergadura pessoal, a estatura política que tem, tenha sido levado a cometer um equívoco desse tamanho. Na verdade, não tinha produzido efeitos ainda, a Mesa Diretora, que foi solicitado que zerasse o painel, abrisse o tempo de praxe, e até agora o painel está marcando os 49 deputados presentes. Gostaria que V.Ex^a...

O Sr. Fábio Souto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Solicitamos que o painel seja zerado.

Indeferido o tempo de 15 minutos.

A Sr^a Luiza Maia:- Presidente, eu estou pedindo uma questão de ordem. Não ouve só porque é voz de mulher...

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Fábio Souto:- Eu dispenso a questão de ordem.

A Sr^a Luiza Maia:- Presidente, estou pedindo uma questão de ordem. Olhe para cá também. Quero fazer um apelo ao deputado Hildécio...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pois não. V.Ex^a tem o direito, e eu defiro o seu pedido. Por favor.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, o tempo...

A Sr^a Luiza Maia:- Peço ao deputado Hildécio Meireles que tenha bom senso. Aqui nunca vimos esta questão de querer tolher o Pequeno Expediente, um momento em que os deputados falam livremente. Deixe para pedir sua questão de ordem...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Srs. Deputados, nós pedimos que façam silêncio. Um minuto, por favor.

A Sr^a Luiza Maia:- Vou concluir. Cheguei um pouco atrasada, mas é um horário...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Quero comunicar aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas que estão no cafezinho, nos seus gabinetes ou em quaisquer outros lugares do conjunto de prédios que compõem este Parlamento que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a Luiza Maia:- Eu estava fazendo um apelo ao deputado para que retire a questão de ordem pra que possamos deixar a sessão rolar. Também porque nós estamos vivendo um momento de muita confusão neste País, esta Casa precisa se expressar e o debate, acontecer. Não sei por que esta questão neste momento. Está querendo tolher as falas dos deputados. Então, quero fazer este apelo para que a sessão continue. E mais tarde ele faz a questão de ordem para verificar o quórum.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pois não.

O Sr. Alex Lima:- Presidente, eu peço que zerem o painel novamente e contem os 15 minutos, pois ainda não... Que contem o tempo de novo, já que ainda estava no da deputada Luiza Maia. Sr. Presidente, antes de V.Ex^a deferir a contagem do tempo, ela pediu uma questão de ordem. Então, ainda estava nos 5 minutos. A questão de ordem da deputada era pra saber se o tempo estava prejudicado ou não...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Por favor, nós pedimos que fosse zerado o painel.

Não está prejudicado, e nós concedemos a palavra à nobre deputada para formalizar a sua questão de ordem. Mas foi deferido o pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Meireles e por V.Ex^a.

O Sr. Alex Lima:- Presidente, só para colaborar. Enquanto isso, o painel não estava aberto para votar. Então, contou o tempo sem que as pessoas pudessem marcar.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Eu pedi o tempo de 15 minutos e não olhei quando começou...

O Sr. Alex Lima:- Mas não está marcando ainda, presidente. Então, já correram 4 minutos. E ninguém teve acesso a...

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Alex, o presidente decidiu. Então, está decidido. Não tem mais o que discutir.

O Sr. Alex Lima:- Ainda estou na minha questão de ordem. Estou querendo apenas ajudar a presidência na condução dos trabalhos, porque está prejudicando, está contando o prazo regimental sem ter sido zerado o painel. Está errado. Nó mínimo, tem que descontar o tempo.

(Verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, comunico a V.Ex^{as} que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, feito pelos deputados Hildécio Meireles e Alex Lima.

Pedimos aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas que compareçam ao Plenário porque há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, queria que V.Ex^a chamasse nominalmente, convocasse nominalmente cada deputado para vir votar, por favor!

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pois não!

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas... V.Ex^a gostaria que chamasse nominalmente?
(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Comunique aos senhores deputados e deputadas que há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das representações partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou do PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, funcionários da Assembleia Legislativa, tem chamado a atenção a crise que vivemos no nosso País, deputado Marcelino, desde o processo eleitoral de 2014, e a cada dia que passa fica difícil compreender onde chegaremos ao final de tudo isso.

Vivemos um momento de instabilidade econômica, vivemos um momento de instabilidade política que se iniciou no momento em que o voto popular não foi respeitado neste País, e estamos vivendo um momento de insegurança também jurídica. Acho que nesse momento, é preciso que as forças políticas deste País coloquem os interesses da Nação acima de qualquer outro interesse.

Eu ouvi parte do discurso do deputado Targino Machado. E, em algum momento, ele citou que a concepção de República, idealizada por Montesquieu, previa, justamente, deputado Targino Machado, a existência de três poderes independentes e harmônicos entre si.

E ao que nós estamos assistindo em nosso País é bem diferente, deputado Adolfo Viana, do sentido do que significa o conceito de República. Evidentemente, no momento em que acontece este desequilíbrio, no momento em que um determinado Poder é usurpado por outro, este desequilíbrio só nos leva a dias mais difíceis ainda.

Eu não acredito que, neste momento, o Brasil precise de um enfrentamento entre os três Poderes. O que o Brasil precisa neste momento? Harmonizar os Poderes para cada um exercer e cumprir as suas funções constitucionais. O que não podemos permitir é determinado Poder se sobrepor a outro, deputado Carlos Geilson.

Eu tenho o maior respeito pelo Poder Judiciário do meu País. Mas a justiça brasileira não pode legislar. A justiça brasileira não pode interferir nos outros Poderes.

Da mesma forma, o Poder Legislativo não pode influenciar e interferir no Poder Judiciário.

Logo, esta harmonia é mais do que urgente, porque estamos partindo para o caos absoluto em nosso País!

O assunto é muito sério! O assunto chama a atenção de todos. Quanto ao momento em que vivemos, este, talvez, seja o momento de uma crise de proporções que, há muitos anos, repito, há muitos e muitos anos, nós não vivenciávamos em nosso País.

Então, acredito ser este o papel de todo e qualquer político deste País, como também de cada representante dos Poderes Judiciário e Executivo e da imprensa para podermos pacificar um País que, a cada semana, só gera e produz mais instabilidade. Isso tem ocasionado uma imensa recessão que tem levado pais e mães de família ao desemprego e tem aumentado a miséria.

Eu fiz questão de deixar registradas as minhas colocações na tarde de hoje.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas palavras.

Agradeço a tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/Pcdob/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, durante o tempo de 13 minutos, falará a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 13 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa e galerias, quero desta tribuna, hoje, registrar algumas notícias e alguns acontecimentos neste momento difícil do nosso País em que vivemos turbulências política e econômica, forçada por grupos políticos inconformados com o crescimento do nosso Brasil que tem desestruturado e que tem quebrado o nosso País.

A situação não é nada fácil! Não adianta ficar brincando, deputados, porque a situação é muito séria e muito grave. Ninguém tem o direito de destruir a economia de um País como parte da Justiça hoje está fazendo. A gente sabe que essa crise econômica está embolada com a crise política, e as coisas não estão dando certo. A gente está vendo o que está acontecendo com o presidente Renan: cai, não cai. Quero saber quem tem...

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) mais força neste País: se é o Judiciário, se são os políticos ou o Congresso. Acho que é um momento...

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) perigoso. Nós precisamos ficar atentos.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não adianta querer tumultuar a minha fala, não, viu, deputado Carlos Geilson? Porque V.Ex^a não vai me tirar do sério. O que tenho para falar aqui são coisas sérias, por isso fiz questão de pedir os 13 minutos.

Quero começar dizendo que, nesses momentos de crise, querem jogar toda a responsabilidade nas costas do trabalhador. Está aí o exemplo da fábrica Tigre, em Camaçari, que faz tubos e conexões, se não me engano, há 30 anos no município, recebendo todo tipo de isenção, incentivo de todo lado, e que agora decide fechar as suas portas, prejudicando 261 funcionários diretos...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte, deputada?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Está inscrito, deputado. Acalme-se.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Estou inscrito?

(...) e mais 900 funcionários indiretos.

Eles estão parados desde a semana passada, pedindo apoio, inclusive, desta Casa, porque a decisão dos funcionários da Tigre junto com o seu sindicato é de ocupar a empresa, tomar a fábrica e criar uma cooperativa para administrar, mesmo que a Tigre leve o nome. O que eles não querem é perder o emprego. Achei essa ideia interessante, muito boa. Acho que precisamos discutir. Se essa moda pegar, vai ser bom, porque tem empresário que vem para o Brasil, monta suas empresas, os estados e os municípios dão todo tipo de isenção, e na hora da crise quer ir embora e largar o osso. E o resultado é o desemprego e a dificuldade para quem trabalhou tantos anos, como é o caso da Tigre.

Então, Camaçari vive hoje um momento difícil. Além dessa questão da Tigre, o prefeito eleito, o bicheiro, encaminhou...

O Sr. Carlos Geilson:- Elinaldo é o nome dele, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) para a Câmara uma proposta ridícula, que, na linha do que faz o presidente Temer, acaba com as secretarias que fazem o debate, que ajudam os movimentos sociais, como o das mulheres e da igualdade racial.

Quero deixar aqui registrado o meu repúdio. Já fiz isso publicamente, porque a reforma dele é simplesmente ridícula. Uma reforma para fazer uma economia de 50 milhões em um município que arrecada 100 milhões por mês. Aí, me bata um abacate e me faça uma garapa, como diz o outro.

Quero dizer que hoje o vereador Jackson apresentou uma emenda para que não se acabasse com a Secretaria da Mulher, porque os machistas acham que não tem nenhuma importância, que mulher não significa nada: “Para que Secretaria da Mulher?”, “O que foi que a Secretaria da Mulher fez em Camaçari?”. Eu quero dizer que fez muito. Nós, mulheres, deputada Fabíola Mansur, que é presidente da nossa Comissão e sabe disso, temos muitas demandas para serem resolvidas. Nós precisamos de um espaço nas instituições públicas, principalmente no Poder

Legislativo e no Poder Executivo, para discutir as nossas demandas. Não é justo a mulher ganhar 70% do que os homens ganham, trabalhar cinco horas a mais do que os homens, desempenhando a mesma função. Sem contar a violência, a falta de creche e tantas demandas e tantas questões que as mulheres precisam ainda alcançar para realmente resgatar a sua cidadania.

(Algum deputado fala fora dos microfones.)

Não adianta que V.Ex^a não vai me perturbar, hoje. Vá perturbar o diabo, não a mim.

Então, quero fazer aqui esse apelo e pedir a esta Casa. Estou apresentando, inclusive, uma Moção de Repúdio para que, realmente, o prefeito eleito de Camaçari repense essa situação. Mas ele está se mirando no espelho do Temer e quer acabar com as secretarias e com os espaços importantes para a questão das mulheres.

Então, Camaçari vive hoje essa dificuldade, essa confusão.

Mas acho que os funcionários da Tigre apontam uma saída para aquele momento difícil. Como é que essas famílias que já têm 5, 10, 15, 20 anos trabalhando naquela empresa vão viver? Organizando a sua cooperativa e colocando a sua fábrica para funcionar. Achei uma ideia muito interessante e queria que essa moda pegasse, porque o empresário que não tem compromisso, que ganha dinheiro a vida inteira e no momento da crise quer sair de baixo e deixar a responsabilidade nas costas do peão e do trabalhador, também não é justo. Então, estamos fazendo uma visita e queria convidar as Sr^{as} e Srs. Deputados para que fossem lá conosco à porta da Tigre, prestar o nosso apoio e solidariedade àqueles trabalhadores que estão se sentindo ameaçados.

Para completar, deputada Fabíola, o prefeito Ademar largou tudo de vez. A cidade está um lixo só, nunca vi uma vergonha dessas. Estão organizando uma caminha intitulada “Ademar é um Lixo”. E vão pegar esse lixo e colocar na porta dele, porque realmente tem 4 dias que não se faz a coleta do lixo na cidade. A cidade está completamente abandonada.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Está inscrito, deputado. Se acalme!

(...) Ele está articulado com o prefeito bicheiro e precisamos tomar pé nessa situação. Acho que Camaçari não merece o que está acontecendo. Uma cidade poderosa, que tem estrutura e condição de se gerir, mesmo diante dessa crise do Brasil e internacional.

Para não ficar só nas notícias ruins, o encontro dos prefeitos, hoje, lá em Guarajuba, foi um momento importante de reflexão. A fala do nosso governador foi muito plantada, entendendo realmente o momento, sabendo que a situação é complicada, são momentos difíceis. Mas é um dos poucos estados que não está como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros mais. Achei um encontro muito interessante e quero parabenizar, apesar daquela mesa machista. Só tinha a presidenta da UPB de mulher.

Mas a prefeita Quitéria, que geriu essa instituição por 4 anos, está de parabéns. Quero deixar registrado o meu aplauso, a minha solidariedade e a minha admiração

pelo trabalho desenvolvido pela prefeita Maria Quitéria, de Cardeal da Silva. Porque realmente ela conseguiu, nesses 4 anos, fazer debates importantes e ter conquistas importantes, mesmo que ainda pequenas para os nossos municípios.

Para concluir, registro o meu repúdio ao pacote da reforma da Previdência. Não há condição de se mudar o mínimo de tempo para se aposentar de 15 para 25 anos. Só mesmo um golpista como Temer, que não foi eleito, que não teve nenhum voto, que não tem compromisso com ninguém, que está a fim de atender os interesses do capital financeiro, principalmente o de fora. Aí, quando falamos que é o norte-americano, sei que há aqui os americanistas que ficam estressados. Ele se aposentou daquela forma e, agora, quer mudar para 65 anos e mudar o tempo mínimo de aposentadoria. Realmente, é atingir os mais pobres. Nós precisamos fazer essa discussão, porque o Estado não está para servir só os grandes, não está para servir só as elites brasileiras ou de qualquer outro país.

Para concluir a minha fala – ainda há um tempinho –, no domingo, nós vamos...
(Um deputado fala fora dos microfones.)

Se acalme! (...) fazer a caminhada “Eles por Elas.” Queria fazer um apelo aos homens desta Casa que nos apoiem nessa luta. Todo mundo sabe que existe um movimento no Ministério Público e em outros países, que são os homens se unindo, fazendo a discussão para o fim da violência contra a mulher.

A caminhada “Eles por Elas” é uma promoção da Secretaria da Mulher do Estado da Bahia. Convido a todos para participar no domingo, dia 11, às 8h, no Dique do Tororó. Acho fundamental, porque dentre todas as dificuldades, problemas e demandas que as mulheres enfrentam, o problema da violência é o pior. Participei, deputada Fabíola, de um seminário no Tribunal de Justiça, organizado pela coordenadora da Mulher, a desembargadora Nágila Brito, e os depoimentos foram terríveis. A Faculdade da Cidade, que tem um núcleo de psicólogos que estuda essa questão da violência contra a mulher, fez uma apresentação que eu não sabia se eram depoimentos reais ou representação.

Mesmo sendo uma representação, foram depoimentos vergonhosos, que nos entristecem, porque a violência bate na porta das mulheres todos os dias, com vítimas fatais. São também violências psicológicas que desestruturam a vida da mulher. Então nós precisamos do apoio de todos os homens, de todos os companheiros que entendem que esse machismo não leva a nada, que nós, mulheres, somos hoje mais de 50% da população brasileira e não podemos aceitar a violência como uma coisa natural, normal e legítima. Então eu queria convidar os deputados e as deputadas para participarem, conosco, no domingo, dia 11 de dezembro, a partir das 8h, no Dique do Tororó, desta importante marcha Eles por Elas, porque, sem o apoio dos companheiros, a gente sabe que a dificuldade da mulher para vencer a batalha da violência não é brincadeira.

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, deputada.

Sr^a LUIZA MAIA:- Eu vou passar a palavra para o deputado Targino, eu lhe ouço agora, deputado, rapidamente, porque meu tempo está curto e eu ainda tenho um assunto para tratar aqui

O Sr. Targino Machado:- Muito obrigado, meu Deus! Milagre acontece, e hoje o Espírito Santo de Deus iluminou o vosso coração. Eu quero dizer a V.Ex^a que tenho assistido atentamente aos seus pronunciamentos e, no dia de hoje, fiquei triste, porque V.Ex^a fez uma crítica ao prefeito Ademar Delgado, que foi também responsável pela reeleição de V.Ex^a. Gratidão é um sentimento que tem que ter assento em qualquer mesa. Quero dizer a V.Ex^a que não se preocupe, Ademar Salgado... Delgado... Salgado... é mais ou menos a mesma coisa, para a deputada Luiza Maia, não é Delgado, é Salgado... ele já está indo embora, no dia 1º, a gestão estará mudando para Elinaldo, e eu quero vê-la aqui elogiando a gestão que Elinaldo fará em Camaçari...

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não tem como. É outro projeto. Quero somente deixar claro para V.Ex^a que Ademar não fez campanha e não me ajudou. Pelo contrário, ele fez campanha para me derrotar nas urnas, como fazia articulação também para derrotar, na Justiça, o ex-deputado Caetano, que foi o responsável pela criação dele como político. Então, realmente, foi uma vergonha. Já pedi desculpas ao povo pelo apoio que dei a Ademar naquele momento, e, infelizmente, o nosso Município chegou ao estado que chegou por um erro que nós cometemos e que reconhecemos.

O Sr. Targino Machado:- Ele votou com quem para deputado?

A Sr^a LUIZA MAIA:- Ademar votou com Elinaldo e apoiou Elinaldo para prefeito. Para deputado, ele não votou comigo, eu não sei com quem ele votou, não. Acabou o tempo, deputado, infelizmente, eu só queria... Deputado, acabou seu tempo, só um minuto, eu preciso encerrar.

O Sr. Targino Machado:- A Sr^a me deu o aparte e tomou de volta. Não faça isso, V.Ex^a, dar um presente e ir lá e tomar.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu queria chamar a atenção desta Casa para esse debate que temos hoje no País sobre a questão do abuso de autoridade. Eu acho que os Poderes neste País precisam se entender, se harmonizar, porque não sei aonde eles querem chegar. O Sr. Moro está com cara de nazista. Reparem a postura daquele homem. Realmente não tem cabimento um absurdo daquele. Ele resolveu focar em uma base de políticos, destruir todo mundo. Ele ouve as delações somente de quem ele quer. Os que são citados, mas são do lado dele, ele deixa para lá. Então, dessa forma, não pode ser. Na hora em que a Justiça se politiza dessa forma, o País vira um caos. Como disse o deputado Targino, se não é na democracia ou no voto, é na guerra. Então guerra é guerra. Vamos preparar as armas e vamos para as ruas brigar por um direito nosso, porque, realmente, não tem cabimento a destruição que eles estão tentando fazer hoje no nosso Brasil.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Pois não. Tenha a palavra, nobre deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu peço a palavra, neste momento, para chamar a atenção desta Casa. Os produtores de cacau do Estado da Bahia andam apavorados, justamente porque hoje a indústria pede que as amêndoas que estão sendo importadas sejam investigadas nos depósitos. Deputado Rosemberg, a preocupação deles é justamente a seguinte: se vier uma praga, ao entrar no nosso território, nos depósitos, ela naturalmente será disseminada por toda a região que produz cacau, e essa praga pode ser espalhada, inclusive, para outros produtos.

Então, é uma preocupação que devemos ter. Essa é uma discussão da qual esta Casa precisa participar. Se isso, realmente, estiver acontecendo, não podemos ser omissos. Vejo aqui muitos parlamentares que são votados na região cacaueira, e tenho certeza de que não iremos nos furtar desse debate.

Realmente, é perigosíssimo. Se estivermos abrindo as portas do nosso Estado para que o cacau que vem de fora entre nos galpões, nós estaremos abrindo a brecha para, de repente, estarmos recebendo pragas que podem destruir a nossa plantação.

É oportuno, também, fui provocado pelos produtores de cacau, o secretário de Desenvolvimento Rural Jerônimo Rodrigues afirmou recentemente, que 95% da produção do cacau no nosso Estado vem da agricultura familiar. É um número que, pelo menos, a Bancada de Oposição, discorda. Nós gostaríamos de saber do secretário que fonte é essa, de onde ele traz esses números, e gostaríamos, mais uma vez, de trazer esse debate a esta Casa.

Vejo o deputado Aderbal Caldas, que é um defensor da região e no momento preside esta sessão, eu gostaria, realmente, de pedir a atenção de todos os parlamentares para essa situação. Se o cacau que vem de fora não estiver sendo fiscalizado nos navios, nós estamos colocando em risco toda a produção e toda uma região que produz cacau no nosso Estado.

Portanto, eu gostaria de convidar os parlamentares para se debruçarem nesse assunto e defender essa região que já serviu muito ao nosso Estado, e continua servindo.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concordo com V.Ex^a, deputado.

Com a palavra o nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, ouvi atentamente o deputado Adolfo Viana sobre essa questão da importação de cacau, essa é uma preocupação que estamos levantando há algum tempo na região. Mas só para lembrar ao deputado que a regulação e fiscalização da importação é do governo federal. E como o presidente da República agora é aliado do Partido dele, é fundamental que ele possa fazer isso junto ao PMDB, porque não é da alçada do governo do Estado, de nenhum governo de

Estado, essa é uma regulação própria, alfandegária, de estrita responsabilidade da União.

Concordo com o deputado, tenho convicção de que precisamos trabalhar para que não chegue ao nosso Estado amêndoas com algum tipo de contaminação, temos que trabalhar nisso. Vou conversar com o nosso querido secretário da Agricultura, e podemos fazer conjuntamente, deputado Adolfo, porque o secretário da Agricultura responsável pela pasta é um parlamentar desta Casa licenciado... a gente conversar para ver que medida pode ser tomada através da Secretaria da Agricultura do Governo do Estado da Bahia. Mas do ponto de vista da fiscalização, do controle da entrada desse produto, é de estrita responsabilidade do governo federal. Mas estou de acordo de que precisamos tratar, essa é uma questão com muita responsabilidade.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, acho que a luta em defesa da área do Estado da Bahia, do nosso território, tem que ser suprapartidária. Concordo aqui com as palavras do deputado Rosemberg Pinto.

O que acho, é que neste momento, esse debate tem que estar na pauta do dia desta Casa. Não podemos nos omitir diante do risco que essa situação representa para o Estado da Bahia. Então não se trata de o governo federal ser aliado de A, B ou C. Trata-se de este Parlamento se posicionar, cobrar do governo do Estado e do governo federal responsabilidade para com esse assunto. Não dá neste momento aqui para fazermos queda de braço entre quem é governista, quem é oposicionista. Trata-se de estarmos unidos para defender o Estado da Bahia e quem produz cacau em nosso Estado.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há pouco solicitamos uma questão de ordem para a verificação de quórum para a continuidade da sessão. E me causou espécie os deputados da Base do Governo terem-se surpreendido, talvez por causa da forma como as matérias de interesse do Governo têm sido votadas aqui toda essa surpresa dos deputados governistas. Acho até que se pensava em votar o Orçamento por acordo de Lideranças, sem se discutir nenhum tipo de encaminhamento.

Aliás, na reunião conjunta das comissões fiz questão de anotar um dado, Sr. Presidente: a reunião foi concluída antes do meio-dia, enquanto que no ano passado,

eu me recordo, quando apreciamos o Orçamento nas comissões, ultrapassamos as 14 horas.

Portanto, tenho a impressão, às vezes, deputado Fábio, que nós, deputados, aqui somos uma grande orquestra. E até vejo alguns, deputado Luciano, com um violino, outros, com um violão surdo, outros, cuidando da percussão. E por essa porta aqui adentra o governador, os secretários, bailando, uns dançando valsa em um grande concerto, porque para o governo aqui se dança a música que ele quer, do jeito que ele quer. É preciso darmos um basta nisso!

Tenho dito que no menor município da Bahia o Poder Executivo local respeita mais o Poder Legislativo da localidade do que nós aqui, na Assembleia Legislativa da Bahia, somos respeitados pelo Poder Executivo.

Aí, querem votar de qualquer maneira o Orçamento hoje, aqui, e ainda, se não me engano, uma prioridade, ou uma urgência, para um projeto de lei que majora taxas do Poder Judiciário.

Não é possível, deputado Luciano, que continuemos aqui reagindo da nossa forma, já que somos Minoria, e a Maioria sempre atropelando, sempre prevalecendo os interesses do Poder Executivo.

Mas quero, aqui, também, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, concordar com o que o deputado Alan Sanches, em seu pronunciamento mais cedo, trouxe em relação ao Hospital Octávio Mangabeira, que é uma das referências na Bahia, talvez a maior referência em nosso Estado, quando se trata de doenças pulmonares.

Até concordo com a política, deputada Fabíola Mansur, de terceirização até dos serviços de saúde, hoje muito em prática, pelas organizações civis, mas tenho a impressão que o governo do Estado tem que proteger algumas unidades, sobretudo as de referências, como é o Hospital Octávio Mangabeira. É um hospital que precisa de uma atenção específica e somente o Governo do Estado pode ter essa capacidade, não uma organização social. O hospital tem 217 leitos e, hoje, somente 90 leitos têm sido utilizados pela população baiana. Portanto, faço um apelo ao secretário da Saúde para que reveja essa decisão de terceirizar os serviços desse hospital. Até porque acaba que os funcionários terceirizados correm o risco, como tem acontecido muito, de terem os salários atrasados. E ainda vai o Governo para a imprensa se desculpar, dizer que tem feito os repasses e que a culpa do atraso não é sua, quando acontece exatamente o contrário, o Governo é que está atrasando os repasses para as terceirizadas.

Mas o maior problema, e que acho ainda mais grave, meu caro Líder, deputado Sandro Régis, são as denúncias que vou fazer aqui, e peço atenção especial aos Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, sobre práticas não adequadas que vêm ocorrendo no âmbito da Secretaria da Saúde do Governo do Estado.

E quero, aqui, reportar-me especificamente às cirurgias eletivas, que têm preços definidos pelo governo do Estado muito superiores aos que são praticados pelo mercado, inclusive ao que é praticado pelo próprio plano de saúde do funcionalismo público do Estado, que é o Planserv.

Vejam que para uma cirurgia de colecistectomia, quem é da área médica aqui conhece bem, o preço do mutirão, deputado Fábio, é da ordem de R\$ 1.976,10, pagos pelos cofres do Poder Executivo estadual, enquanto o Planserv paga pela mesma cirurgia apenas R\$ 600,00. Mais que o triplo que o Planserv paga o Estado está pagando por essa cirurgia eletiva. E mesmo nos convênios particulares esse tipo de cirurgia é remunerada em apenas R\$ 935,98, enquanto o mutirão do governo do Estado paga quase R\$ 2 mil.

E assim é com outras modalidades. A histerectomia vale para o governo do Estado R\$ 1.858,00; o Planserv paga R\$ 1.050,00; os convênios particulares pagam R\$ 1.402,00. A miomectomia, o governo do Estado paga R\$ 1.447,00; o Planserv, apenas R\$ 420,00; e os convênios particulares, R\$ 776,00.

Agora, vejam, foi credenciada uma empresa, e somente uma empresa, que fora constituída no mês de junho de 2015, e apenas com um capital de R\$ 2 mil. A empresa Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação da Gestão Pública foi contratada para prestar os serviços médicos especializados de anestesiologia, neonatologia e obstetrícia aos usuários do Hospital Geral Roberto Santos, da Maternidade Tsylla Balbino, e do Instituto de Perinatologia da Bahia e Maternidade Albert Sabin, unidade do sistema SUS. Já estou falando de outra denúncia, uma dispensa de licitação.

Pela dispensa emergencial nº 16/2016, essa empresa foi contratada por R\$ 27 milhões para fazer esse atendimento durante 3 meses, ou seja, R\$ 9 milhões por mês, para prestar o serviço de anestesiologia, exatamente porque muitos terceirizados não estão pagando aos seus prestadores de serviços, por isso ninguém está querendo mais trabalhar pela modalidade terceirizada.

Mas, voltando ao caso das cirurgias eletivas, aquela empresa que eu falei, que fora constituída em 15 de junho de 2015, com um capital inicial de apenas R\$2.000,00 agora no início de dezembro, sofrera uma alteração dos seus sócios e também elevou o seu capital para R\$300.000,00. Nesse período, ela já fatura um milhão e trezentos mil reais por mês. Essa mesma empresa, que era sediada na cidade de Paramirim, a sede social dessa empresa hoje é em uma sala no Hospital da Bahia. Eu quero chamar a atenção do deputado Alex da Piatã, presidente da Comissão de Saúde: a empresa era sediada em Paramirim, e hoje está sediada em uma sala do Hospital da Bahia, ou seja, no consultório do médico que é um dos mais beneficiados nessas cirurgias eletivas.

Portanto eu estou aqui, neste momento, requerendo à Mesa, fiz um requerimento de informações, nos termos do art. 130 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, conjugado com o art. 71, inciso XII, da Constituição do Estado da Bahia.

(Lê) REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nos termos do artigo 130 e seguintes do Regimento Interno desta Casa, conjugados com o Artigo 71, XII da Constituição do estado da Bahia, requeiro, ouvido a Mesa Diretora, sejam prestadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia as seguintes informações:

O VALOR UNITÁRIO praticado pelo Estado para o PAGAMENTO da realização das Cirurgias Eletivas integrantes do PROGRAMA MUTIRÃO, fazendo a especificação dos valores referentes a Honorários Médicos e despesas com o Hospital;

A RELAÇÃO dos Hospitais PÚBLICOS E PRIVADOS que realizaram e realizam estas cirurgias Eletivas;

O VALOR pago em Honorários Médicos para a realização destas mesmas cirurgias, nos Hospitais Públicos e nos Hospitais Privados;

O CRITÉRIO para a escolha da EMPRESA responsável pela EXECUÇÃO DO PROGRAMA MUTIRÃO, que realiza as Cirurgias Eletivas;

O CRITÉRIO para a escolha dos profissionais médicos e dos Hospitais públicos e privados para a realização das referidas cirurgias, e

O QUANTITATIVO de cirurgias realizadas, por mês, desde o início do Programa Mutirão de Cirurgias Eletivas.

Salvador-BA, 0 de Dezembro de 2016.

Hildécio Meireles, Deputado Estadual.”

Peço, Sr. Presidente, o deferimento desse requerimento para, ouvida a Mesa, a Secretaria de Saúde nos fornecer esse documento, já que nós não temos à nossa disposição as ferramentas adequadas para melhor fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Vou encaminhar a proposta de V. Ex^a à Mesa Diretora para decisão.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PSL, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sra. Fátima Nunes:- Sr. Presidente, pelo tempo de 12 minutos falará o nosso deputado e Líder do Partido dos Trabalhadores, Rosenberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- com a palavra o deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, visitantes, servidores, servidoras, eu ouvi aqui as palavras do nosso querido Alex Lima e acho, deputado Alex, que está na ordem do dia o debate com relação à institucionalidade, a relação entre os poderes, a busca de um caminho que possa criar uma harmonia neste momento na institucionalidade em razão das diversas manifestações que tem acontecido e de algumas surpresas.

No domingo, fiquei acompanhando a *Rede Globo de Televisão*, que hoje é o órgão oficial das caminhadas para desestruturar a harmonia entre os Poderes, e percebi algumas desinformações passadas pelos seus repórteres e algumas desinformações em entrevistas com algumas pessoas na sociedade.

Aquela manifestação dizia respeito a uma insatisfação de alguns setores, em especial, do Ministério Público, principalmente o de lá, do Paraná, e contaminou algumas pessoas e alguns colegas nos diversos outros órgãos públicos dos estados pelo fato do Congresso ou da Câmara dos Deputados não ter aprovado, na íntegra, as dez medidas que eles chamam de anticorrupção.

Eu fiz questão de estudar as dez medidas e verifiquei que há uma desinformação muito grande sobre isso. Primeiro, eu já disse aqui e quero repetir que a Câmara dos Deputados, deputada Fabíola, fez um debate transparente, sério, aprovando as medidas que dessem condição de garantir o cumprimento da Constituição Brasileira. Algumas dessas medidas não poderiam ser aprovadas na sua integralidade porque levavam, em determinados momentos, a um estado absoluto, no qual o cidadão perderia o direito da sua defesa.

Eu vi item por item: no primeiro item, fala-se sobre a prevenção à corrupção, transparência, proteção à fonte de informação. Ora, a proteção à fonte de informação está regulada na Constituição para os profissionais da imprensa, mas quer o Ministério Público, ou aquelas pessoas do Ministério Público, que, ocorrendo uma denúncia, essa pessoa denunciante seja preservada, escondida, mesmo que a denúncia não seja verdadeira. Quer que seja destinado, da verba de publicidade do governo federal, 15% para as campanhas anticorrupção. Se o Congresso aprova isso, primeiro, é inconstitucional. O Congresso não pode regular essa questão. O deputado Fábio Souto foi deputado federal, sabe do que estou falando aqui. É uma inconstitucionalidade.

Então é lógico que os deputados não poderiam aprovar na íntegra, mas aprovou aquilo que era essencial na questão do item 1, que é a divulgação, pelos tribunais, de informações sobre o tempo de tramitação dos processos judiciais, para que se possa dar celeridade aos processos que versam sobre corrupção e transparência.

A criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos. A forma que estava posta era o inverso, criava mecanismos que poderiam evitar que se levasse, à última situação, a análise sobre esse tema. É por isso que foi rejeitado, porque há uma regulação própria para todos os indivíduos sobre o enriquecimento ilícito, independentemente de ser servidor público ou não.

Aumento da pena de crime hediondo, corrupção de altos valores, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Eficiência dos recursos do processo penal. Deputado Leur Lomanto, para tentar agilizar os processos, o Ministério Público quer a limitação ao uso do habeas corpus, que é uma limitação ao direito de defesa do cidadão. Qual é o problema? Por que não pode? Para entrar com o habeas corpus, cabe ao juiz, ao desembargador, ao ministro, aceitar ou negar. Mas cercear o direito de pleitear essa questão é um absurdo. É fechar as portas da defesa do cidadão. As pessoas que escreveram esses 10 itens pensam que toda a sociedade é má. Não se avalia pelo lado da inocência, mas já pelo lado da culpabilidade. É um equívoco pensar dessa maneira.

Celeridade nas ações de improbidade administrativa. Isso não diz respeito ao Legislativo. A celeridade do andamento dos processos diz respeito ao Judiciário, não

cabe ao Legislativo interferir no Judiciário para diminuir ou ampliar a tramitação dos processos. Com isso, queriam essas pessoas excluir uma fase processual, que é a notificação preliminar do acusado. O acusado não precisaria ser notificado. O deputado Luciano Ribeiro, que é advogado, sabe o que significa isso. Ou seja, já estaria em andamento um processo contra uma pessoa sem que ela sequer fosse notificada preliminarmente. São mudanças que, em vez de ajudar a construção da cidadania, estreita a defesa do cidadão.

A reforma do sistema de prescrição penal. E lá vai. Responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa 2, foi aprovada na íntegra a criminalização do caixa 2

Mas o grande problema não foram os 10 itens, porque qualquer homem ou mulher de cabeça sã saberia que, numa Casa Legislativa, um projeto sofre alterações para mais ou para menos, pois é uma Casa com 513 representantes da sociedade que pensam de maneiras diferentes.

O que está por detrás disso – e é isso que quero levantar aqui – é a chateação pela criminalização da responsabilidade dos juízes e membros do Ministério Público.

Ora, meu Deus, será que essas pessoas, pelo fato de serem dessas instituições, não podem cometer uma ilicitude? Se ela cometer, não pode ser criminalizada? Eu parto do pressuposto de que todos são inocentes. Mas é possível que haja ilicitude, porque há em todos os lugares. Parece que, ao olhar dessas pessoas, a ilicitude está nos outros servidores públicos, no Legislativo ou no Executivo. O que diz esse rapaz que foi preso, recentemente, pelo juiz Sérgio Moro, que passou mais de 1 ano preso? O diretor de uma empresa, sob a acusação de corrupção, é solto, um ano depois, e considerado inocente pela Justiça. Teve a sua família destruída, o seu emprego destruído, a sua reputação destruída. E ninguém se responsabiliza por isso?!

Eu disse na semana passada: aconteceu comigo aqui, na Bahia. Em 2009, uma procuradora do Ministério Público foi para os jornais e, a priori, sem qualquer avaliação, fez uma acusação a mim. Eu tive que reunir a minha família para dizer que eu não era bandido. Quatro anos depois, o Ministério Público entendeu que não havia nada e arquivou esse processo. Eu não recebi, sequer do Ministério Público ou dessa senhora que foi para os jornais dar declaração que não deveria, um pedido de desculpas. Não tenho o direito de questionar a posição dessa senhora sob o ponto de vista da responsabilidade. É sobre isso que precisamos falar.

Quero aqui, para encerrar, Sr^{as} e Srs. Deputados, dizer que este é o momento em que precisamos qualificar melhor as nossas relações nas casas legislativas. Precisamos qualificar esse debate. Hoje quero aqui dizer que o Senado brasileiro, sem entrar no mérito dele estar certo ou errado, porque não entrei no mérito na época em que prenderam o senador Delcídio... mas me posicionei, desta Tribuna, afirmando que era inadmissível prender um senador sem sequer notificar o Senado. E o Senado se rebaixou naquele momento. Agora, liminarmente, o magistrado tira o poder de um presidente de outro Poder. Liminarmente! E o Senado assumiu uma posição, em minha opinião, correta ao não aceitar essa punição e levar a decisão ao Pleno do Senado para que avalie e espere que o STF se manifeste na sua totalidade.

Acho, meu querido deputado Aderbal Caldas, que preside a sessão, que essa é a oportunidade do Legislativo começar a se levantar, a se fazer respeitar, para que a gente possa fazer o debate sobre uma relação que aconteça sem a interferência entre os Poderes. Poderemos, assim, ter vida longa, e a sociedade poderá entender que este é um Poder importante e é a sua verdadeira representação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Hildécio Meireles:- Falará o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu subo a esta tribuna e faço, neste momento, uma provocação a esta Casa. Há pouco, pedi para fazer uma comunicação inadiável, fiz, contei com o apoio do deputado Rosemberg Pinto, mas achei importante subir a esta tribuna e fazer uma provocação a todos os parlamentares desta Casa.

Deputado Aderbal, a vassoura-de-bruxa chegou ao nosso Estado e, praticamente, destruiu o cacau que, por muito tempo, fez com que o nosso Estado avançasse. Nós temos que reconhecer que aquela região, durante muito tempo, foi a locomotiva do Estado da Bahia. Hoje, os produtores de cacau...

O Sr. Zó:- Deputado, conceda-me um aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a está inscrito, deputado.

Hoje, os produtores de cacau pedem, praticamente, socorro a esta Casa. A preocupação deles é justamente com o cacau que vem de fora, entra no Porto de Ilhéus e vai direto para os galpões. Esta é a solicitação da indústria. Eu pergunto...

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concederei, deputado, com o maior prazer.

Eu digo a V.Ex^{as}: se entrar uma praga no Estado da Bahia através dessa importação, que não está sendo fiscalizada no porto nós seremos responsáveis por omissão. Ou nós sinalizamos para o governo federal e para o governo do Estado que o Estado da Bahia não aceita a importação de amêndoas dessa maneira, ou nós seremos corresponsáveis se, porventura, uma praga chegar ao nosso Estado. E olhe que essa praga pode destruir a lavoura cacaueira, mas também outros produtos da nossa agricultura.

Então, eu chamo, convido, conclamo os parlamentares para unirmos forças. Independente de posição político-partidária, que estejamos juntos para defender o Estado da Bahia. Esta é a solicitação que fazem os produtores de cacau do Estado da

Bahia. Acho que este Parlamento não pode ficar omissos e tem que ouvir aqueles que produzem no nosso Estado e que se sentem, hoje, prejudicados e correndo o risco de terem a sua produção toda jogada fora.

Ouçõ com prazer o deputado Zó.

O Sr. Zó:- É importante esse debate que V.Ex^a levanta nesta Casa. Conheço muito pouco de cacau, mais de ler e através de alguns amigos que são da região cacaueira. Os danos causados pela vassoura-de-bruxa foram uma coisa assombrosa. E quando os produtores de cacau estão tentando, modificando o manejo, pegando plantas com mais resistência, correm risco, porque o que tem que ser fiscalizado no porto, está sendo fiscalizado no galpão. Não se deve correr esse risco, porque esse risco pode aprofundar uma crise que já existe e da qual os produtores de cacau estão tentando sair.

Nós que produzimos, lá na região do Vale do São Francisco, frutas para exportação, principalmente manga e uva, temos uma fiscalização dos Estados Unidos e da Europa dentro dos nossos galpões. O contêiner sai do nosso galpão lacrado para ir para a Europa. Nós aqui, com esse jeito de colônia que nos foi dado, aceitamos do jeito que os caras querem colocar e, muitas vezes, por interesse financeiro de algum setor brasileiro até, nos abrimos para que os outros corram risco. Para o importador é tranquilo, ele vai comprar a amêndoa aqui ou vai comprar de outros lugares. E o produtor daqui? A nossa maior fonte é o produtor de cacau que mais emprega, faz girar mais recursos nos municípios.

Então V.Ex^a tem razão. Isso aqui não pode ter coloração partidária, nem dizer que a culpa é nosso, do governo do Estado ou do governo federal, mas é preciso que a Secretaria de Estado e o Ministério da Agricultura tomem providência, porque senão será mais uma crise sobre uma cultura que já agoniza há muito tempo.

Então, parabéns pela posição de V.Ex^a. Conte comigo, independente de posição partidária estamos juntos.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e passo a palavra para o deputado Fábio Souto. Os deputados Sandro e Hildécio também estão inscritos.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço a V.Ex^a pelo aparte, deputado Adolfo.

V.Ex^a levanta, nesta tarde, uma questão fundamental que é a questão da vigilância sanitária, importante não só para o cacau, mas para diversas outras culturas.

Há muito tempo, quando era presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, eu já criticava o governo pela questão quase anual: os recursos da vigilância sanitária em nosso País são cada vez menores. Realmente, V.Ex^a está certíssimo, a região cacaueira não suporta, não vai aguentar outra vassoura-de-bruxa, outro tipo de doença tão avassaladora quanto a vassoura-de-bruxa. Essas doenças existem efetivamente. Se o Brasil, se a Bahia não tomarem cuidado – como V.Ex^a colocou aqui – elas vão ser trazidas por essas amêndoas de cacau, que são importadas de outros países.

V.Ex^a levanta aqui uma questão importantíssima. E não podemos dizer que é uma questão do governo federal. É questão do governo federal, mas a Bahia, através da Secretaria de Agricultura e da vigilância sanitária tem que estar atenta. E até mesmo denunciar o governo federal se ele não fizer a sua parte de colocar técnicos que fiscalizem essa questão tão importante.

Isso vem sendo falado há muito tempo. Na Câmara, coloquei muito essa questão, que V.Ex^a levanta, aqui, e quero reforçar a sua preocupação, dizer que é uma preocupação de todos os produtores de cacau da Bahia, que não voltem e não cheguem novas doenças, que possam atingir a lavoura de cacau.

V.Ex^a está de parabéns por levantar esse tema tão importante para a lavoura do cacau.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a participação do deputado Fábio Souto e incorporo as palavras de V.Ex^a.

Ouçó, com prazer, o deputado Sandro Régis e, na sequência, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Adolfo Viana, quero lhe parabenizar por trazer essa discussão para esta Casa. Falo desse assunto com muita autoridade: sou neto, filho e produtor de cacau. Primeiro, quero dizer que a informação que o secretário de Estado trouxe afirmando que 95% da produção da lavoura de cacau vem da agricultura familiar é completamente equivocada. O secretário de Estado deveria se informar primeiro para, depois, emitir uma informação dessa. É completamente equivocada. Digo que nem 10% da produção de cacau do Estado da Bahia vem da agricultura familiar.

E quero dizer a V.Ex^a, deputado Adolfo Viana, que a produção da lavoura cacueira praticamente foi dizimada com o advento da vassoura-de-bruxa. Fazendas que produziam 60, 70, 100 mil arrobas de cacau, foram para a estaca zero. Os produtores, com muita dificuldade, vêm aos poucos conseguindo refazer as suas roças investindo em melhoramento genético, investindo em adensamento, investindo em produtividade. E a lavoura vem sofrendo muito com questões de políticas não adequadas para investimento da recuperação da lavoura. O dinheiro para recuperação da lavoura do cacau não paga o investimento. E, se vierem novas doenças, terminarão de dizimar de vez uma atividade que é, hoje, uma grande geradora de emprego no Estado da Bahia.

Para se ter uma ideia, uma roça de 100 hectares de cacau, no mínimo, para mantê-la, miseravelmente, tem que ter 5 famílias. Com 100 hectares na pecuária, é preciso um vaqueiro. A agricultura em si gera emprego. Então, essa discussão que V.Ex^a traz é muito importante. Não podemos simplesmente fechar os olhos e dizer que é uma responsabilidade do governo federal. Não, é uma responsabilidade de todos. A Secretaria do Estado da Bahia tem ferramentas para fiscalizar. E, se o governo estiver falhando, provocar o governo federal. Agora, o que não pode é ter uma ausência de autoridade constituída e deixar a lavoura cacueira sofrer novos golpes com novas doenças.

Parabenizo V.Ex^a e quero dizer que esse tema que V.Ex^a traz é muito importante para a economia do nosso Estado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a e passo a palavra rapidamente ao deputado Hildécio Meireles, com a tolerância do nosso presidente.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Adolfo Viana, o deputado Fábio Souto e o deputado Sandro Régis falaram com muita propriedade, por se tratar de um herdeiro dos grandes latifúndios do cacau na Bahia, mas é importante lembrar que o cultivo do cacau já foi tão importante para o PIB baiano como o polo petroquímico é hoje. Esse cultivo não tem tido a atenção devida, não só do governo federal como também do governo do Estado, acho que em boa hora, e talvez até com atraso, esta Casa traz à discussão esse problema do cacau e devemos avançar. Devíamos criar uma frente parlamentar para discutir os problemas do cacau, se já tem é preciso que desenvolvamos algum trabalho nessa frente, de modo que possamos atenuar essa crise de um cultivo que emprega milhares e milhares de baianos, que ainda contribui de forma efetiva para a nossa economia.

Portanto, quero parabenizar o pronunciamento de V.Ex^a e solicitar desta Casa que volte a ter essa discussão aqui não só na frente como na própria Comissão de Agricultura, porque o assunto é de fundamental importância.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte do deputado Hildécio Meireles e quero aqui finalizar, Sr. Presidente, dizendo aos parlamentares, que compõem esta Casa que não quero ser o pai desta criança. Acho que esse é um dever de todos nós, cuidar da importação do cacau é simplesmente preservar todos aqueles que produzem em nosso Estado. É isso que eles têm pedido e esta Casa, que por muito tempo tem se omitido de discutir.

Gostaria realmente de contar com o apoio de todos os colegas para que possamos de uma vez por todas, se possível, convidar o secretário de Agricultura, nosso colega, o deputado Vítor Bonfim, para que possamos de uma vez por todas, deputado Aderbal, impedir que as importações de cacau dentro do nosso Estado aconteçam dessa maneira. Para entrar em nosso Estado precisa ter fiscalização, estando tudo ok que seja muito bem-vindo. Mas entrar em nosso Estado para depois identificar se aquela importação pode entrar ou não, aí realmente estamos colocando em risco aqueles que produzem no Estado da Bahia.

Agradeço a tolerância de V.Ex^a e espero contar com o apoio de todos os parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sra. Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Marcelino Galo, e pelo restante do tempo a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, senhores servidores e servidoras desta Casa, imprensa aqui, *TV Assembleia*, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, na verdade, me inscrevi para falar junto com a deputada Maria del Carmen sobre a crise da engenharia do nosso País. Mas ouvi aqui as colocações do deputado Sandro Régis, por quem tenho uma estima e consideração muito grandes, não estou entendendo essa política, acho que há uma dificuldade no conceito.

A agricultura familiar não é só aquilo que é de pobre, não. A marca da agricultura nos Estados Unidos são as “farms” e lá é a agricultura familiar, na Europa também. Então, não podemos ver a agricultura familiar aqui como uma coisa menor. Essas normativas são claras, são do Ministério da Agricultura. Temos que fazer uma frente, sim, mas para irmos para cima do Ministro da Agricultura, que é o Sr. Blairo Maggi para que ele nos ajude nessa questão, porque nós sabemos que isso é lobby das empresas que beneficiam o cacau, pois são multinacionais e têm muito poder. Isso não tem nada a ver com a agricultura, que no modelo econômico capitalista é subjugada.

Nós temos que ir para cima das empresas, que sabemos, e vocês que são da região conhecem muito mais do que eu, que é lobby e é pressão dessas empresas para que aconteça dessa forma. Isso não tem nada a ver com o governo do Estado a não ser que eles queiram, através do seu secretário, se insubordinar contra a lei federal. Aí nós estaremos juntos, porque vai ser muito bom que criemos impedimentos fitossanitários, que são controles econômicos que todo mundo faz, inclusive os Estados Unidos. Nós temos que tratar dessa forma, porque senão fica parecendo que é uma coisa do governo do estado e também que o secretário Jerônimo conceituou a agricultura de forma errada.

Eu quero falar aqui da crise, inclusive o deputado Targino Machado foi muito feliz no seu discurso, porque abordou a questão de um poder judiciário que se agiganta de forma tenebrosa neste País, mas também sobre um evento que a deputada Maria del Carmen está organizando, que é uma Frente Parlamentar da Engenharia Nacional. Esse sim, que contará com as grandes empresas que concorrem em todo o mundo, construindo nos Estados Unidos o aeroporto de Miami, construído pela Engenharia Nacional e é um patrimônio desenvolvido neste País pelo seu povo e pelos seus engenheiros, pela ciência deste País, que está sendo destruída de forma criminosa.

Isso não aconteceu nas empresas no tempo no nazismo, todo mundo sabe que na 2ª Guerra Mundial, a empresa que fabricava gases para assassinar seres humanos, hoje foi transformada em 4 grandes empresas. Então ali se puniram os donos e os representantes dessas empresas, que eram pessoas que as representavam, não as empresas. A quem serve destruir uma empresa como a Odebrecht, Mendes Júnior ou Andrade Gutierrez? A quem serve isso? São mais de 150 mil empregos direto na constituição civil. Deputado Leur Lomanto, são mais de 1 milhão e 500 mil empregos sendo destruídos e nós, aqui, de boca aberta. Teve um partido, o PMDB, que no

primeiro momento, ali serviu e que agora está sendo defenestrado, um por um afastado, por já terem prestado o serviço que essas forças queriam.

Nesse evento, nós vamos discutir os problemas da engenharia nacional e os engenheiros precisam se organizar. Eu vi muitos deles vestidos com a camisa da CBF, os coxinhas na Barra...

Sr. Presidente, eu peço que siga o tempo, porque a deputada Maria del Carmen não está, aqui, no Plenário.

Então, vi muito engenheiro ali, com a camisa da CBF, dizendo que estava combatendo a corrupção. E o que vamos fazer hoje com o desemprego de engenheiros? Inteligência formada por este País com recursos públicos! Muitos deles foram para universidades no exterior para complementar seus estudos, para desenvolver capacidade de pesquisa. E aí temos hoje excelência na exploração de petróleo em mares profundos. Mas isso já foi entregue! Entregue! Nós precisamos tomar vergonha! Nós precisamos ter um projeto de nação! Não se constrói uma nação sem ter soberania, sem ter inteligência formada! Nós estamos nos transformando num fazendão, onde só se produzem riquezas primárias! Nosso lugar no mundo hoje é exportar minério bruto, é força de trabalho mal remunerada.

Então, não é o destino que queremos – para a nação, para o povo brasileiro, para todos nós – o que ocorre hoje, esse golpe que dia a dia vai defenestrando figuras que apenas ali serviam para fazer um papel. Foi o ridículo Eduardo Cunha, e agora vai de tal forma que, se nós permitirmos, logo depois vai um a um daqui; porque não é possível o Poder Judiciário, da forma como fez, afastar o presidente de um poder soberano. E todos nós sabemos o esforço que é uma eleição. Submeter-se ao julgamento do povo, independente de ser de esquerda ou direita, é muito trabalho: é dialogar; é conversar com o povo; é dia a dia; atender demandas. Agora ficar lá escondido... E não venham nos perguntar porque não fizemos concurso público porque isso não corresponde à realidade. Na democracia, quem é soberano é o povo! O povo escolhe de 4 em 4 anos. Se ele não concorda, ele substitui, e são esses representantes do povo que têm soberania! O que acontece hoje no Brasil nos envergonha e não pode continuar. Nesta Casa aqui, independente da posição política, todos nós fomos eleitos pelo povo, com muito trabalho, com muito debate, com muita discussão. Nós não podemos permitir o que está acontecendo neste País.

Então, a corrupção, todo mundo sabe, ela é sistêmica do modo capitalista de produzir. A exploração do homem pelo homem que é o centro da desigualdade econômica, isso é que é a questão crucial do sistema capitalista.

Infelizmente, o controle midiático e a forma como se controla a opinião pública deste País, a concentração do sistema de mídia em 7 famílias de milionários que sangraram esta nação, que não pagam imposto, que exploram o povo brasileiro e que mentem, mentem, mentem, como é o nazismo, até que a mentira transforme aquilo em verdade...

Então, a situação hoje da sociedade brasileira sendo vista a nível nacional, e ali a primavera que aparecia, 13 anos de liberdade, de democracia, de crescimento econômico com justiça social, o respeito deste País em nível internacional como

nunca houve, tanto que o presidente daquele período, o Lula, até hoje é premiado no mundo todo.

Hoje vem uma figura abjeta, uma figura que se submete a interesses de quem quer humilhar o povo brasileiro, de quem quer controlar este País, de quem quer estar a serviço. E ali se presta o Michel Temer, que logo, logo também vai ser defenestrado, porque já fez o seu trabalho sujo e agora está aí com medidas que arrocham o trabalhador, diminuem direitos, roubam direitos do povo brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Solicito uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

A Sr^a. Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a. Fátima Nunes:- Peço a V.Ex^a que seja marcado o tempo regimental para as questões de ordem e que a gente possa convocar os nossos deputados ao plenário.

Enquanto faço a questão de ordem, também gostaria de falar sobre uma coisa que é preocupante para nós trabalhadores e trabalhadoras...

O Sr. Adolfo Viana:- Deputada, deixe marcar o tempo, depois V.Ex^a continua com o seu discurso.

A Sr^a. Fátima Nunes:- Só um minuto, deputado. Na questão de ordem, também tenho que argumentar. Fique na sua, aguarde o seu tempo. (Risos)

Engraçado, o deputado pede a questão de ordem, comenta, fala de vários assuntos até completar o tempo normal de 5 minutos. Quando a deputada Fátima Nunes pede a questão de ordem, já vem, apressadamente, pedir para encerrar e marcar o tempo. De uma forma carinhosa, eu disse ao deputado que aguardasse um pouco. Desculpe-me, deputado, pela palavra do momento.

Mas o que quero dizer é que reina em todos nós essa preocupação, porque nós estamos aqui para fazer as leis, sejam as da nossa autoria, de autoria dos deputados e deputadas, sejam as de autoria do Poder Executivo. De modo que, hoje, parece que aqueles que são nomeados como servidores públicos para serem os vigilantes da lei passam, de uma hora para outra, a fazer novar leis, normas portarias, e não deixam sossego, tranquilidade para a nação. Sejam vereadores, deputados, cidadãos comuns que, de uma hora para outra, passam a ser julgados, passam a ser tomados por atitudes

abruptas do Judiciário, não permitindo, sequer, muitas vezes, um tempo para que analisemos o que se votou como lei e aquilo que está acontecendo pelas mãos do Judiciário. Portanto, realmente, é preocupante.

Outra preocupação também diz respeito a um conjunto de leis que, sem nenhuma discussão com a sociedade, após o golpe, chega ao Congresso Nacional, derrubando, cortando, ceifando os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Enquanto lutamos para conquistar benefícios, enquanto aprovamos leis em busca de melhoria da condição de vida para o nosso povo, lá, no Congresso Nacional, parece uma tragédia, e de uma hora para outra vão derrubando todas as leis.

Como esse debate hoje, na Assembleia Legislativa, é importante, porque estamos a tratar do Orçamento do Governo do Estado, ou seja, de todos os custos do nosso Estado em saúde, educação que serão aprovados por meio dessa lei, é preciso, realmente, que os nossos pares estejam presentes. De modo que peço ao presidente desta sessão, deputado Aderbal Fulco Caldas, que marque o tempo regimental e convide os nossos deputados que estão na sala do cafezinho, no saguão, conversando sobre alguns compromissos e trabalhos políticos, para que adentrem o Plenário e marquem suas presenças, e, assim, possamos continuarmos a presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a também será atendida, nobre deputada.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão na sala do cafezinho ou em qualquer outro lugar deste conjunto de edifícios, comunico que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a tem de zerar o painel e marcar os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Solicito que o painel seja zerado e que o tempo de 15 minutos seja marcado.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, aproveitarei o tempo de 5 minutos da minha questão de ordem para tratar de um assunto importantíssimo e gostaria, realmente, de contar com a colaboração dos Srs. Parlamentares.

Eu apresentei a esta Casa um projeto de lei, no início do mês de março, que garante que as milhas aéreas, que, hoje, são concedidas para pessoa física, quando compradas pelo governo do Estado fossem destinadas a um fundo de esporte, que seria administrado pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Justamente para que possamos fomentar o esporte amador.

Hoje, quando o governo do Estado da Bahia, o Poder Legislativo ou o Poder Judiciário comprem passagens aéreas, os créditos de milhas são disponibilizados para a pessoa física. O que nós precisamos, neste momento de crise, é criar condições para estimular o esporte amador. Tenho a certeza de que nenhum parlamentar desta Casa se colocará de maneira contrária a esse projeto.

Eu gostaria de pedir, mais uma vez, ao deputado Zé Neto, Líder do Governo nesta Assembleia Legislativa, que assine a dispensa de formalidades, para que, de uma vez por todas, este Parlamento possa garantir que os nossos atletas possam viajar para disputar as competições.

(O deputado Zé Neto adentra o Plenário.)

O Sr. Adolfo Viana:- Eu me refiro, deputado Zé Neto, ao projeto de lei das milhas, que, quando foi apresentado por mim, nesta tribuna, contou, inclusive, com o apoio imediato do competente deputado Paulo Rangel, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Então, acredito que, no mês de dezembro, por estarmos nos aproximando do período natalino, esta Casa poderia dar esse presente aos atletas do Estado da Bahia.

Neste ano tivemos a oportunidade de sediar, no Rio de Janeiro, as Olimpíadas, e poderíamos ter tido um desempenho ainda melhor se tivéssemos estimulado os nossos atletas desde antes.

Pudemos, por exemplo, observar o canoísta baiano que ganhou duas medalhas. Que tipo de estímulo o nosso Estado deu a ele para que pudesse chegar lá? Basicamente, nenhum. E outros que estão chegando podem se beneficiar com essa lei proposta pelo deputado Adolfo Viana.

O que eu gostaria era de que nós, deputado Zé Neto, fizéssemos esse compromisso, o compromisso de votarmos esse projeto de lei antes de entrarmos em recesso para que, a partir disso, possamos, este Parlamento possa, através das nossas ações, beneficiar os atletas amadores do nosso Estado. Então, fica aqui a minha solicitação.

Tenho certeza de que a maioria dos parlamentares da Base do Governo é favorável. Ainda não encontrei aqui, nesta Casa, um parlamentar contrário a esse projeto de lei. Então, é uma prova de que o projeto de lei é bom e precisa ser votado. Ele entrou na Casa em março, está na CCJ, precisa ser encaminhado. Mas nós sabemos que com a dispensa de formalidades do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, que já assinou, e do Líder do Governo, deputado Zé Neto, o projeto pode ser votado amanhã, por exemplo, aqui, neste Plenário.

Então, fico, aqui, deputado Zé Neto, com a certeza de que V.Ex^a vai analisar com o devido cuidado esse projeto de lei, e nós iremos votá-lo o mais rapidamente possível. Atrasarmos essa votação significa atrasar também a boa condição para nossos atletas. Tenho certeza que essa não é a intenção nem do Líder do Governo e nem do próprio Governo do Estado da Bahia.

Portanto, fica, mais uma vez, o apelo do deputado Adolfo Viana para que possamos votar esse projeto de lei o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ouvi o deputado Adolfo Viana e concordo, no mérito, com o projeto.

Logo depois, deputado Adolfo, que V.Ex^a levantou isso, aqui, eu tive o cuidado de pedir à minha assessoria jurídica para analisar o projeto, que disse o seguinte: mesmo que as passagens sejam pagas pelo Estado, a fidelidade não está em quem paga, mas em quem viaja, no indivíduo. Por isso, acho que V.Ex^a deveria tomar a iniciativa de conversar com a Procuradoria da Casa.

Estou falando isso porque concordo com a ideia, porém, pelo que minha assessoria jurídica informou, consta nela uma inconstitucionalidade do ponto de vista de que a relação de milhagens das empresas aéreas é vinculada ao passageiro e não ao pagador do bilhete. Então, isso precisa ser bem trabalhado, porque podemos aprovar aqui uma lei e ela ficar inexecutável, uma vez que tenha vício de constitucionalidade.

Por outro lado, V.Ex^a também levantou a questão da Região do Cacau, e eu sou dessa região. Tenho total concordância com V.Ex^a, precisamos trabalhar rapidamente, aqui, o governo federal, o governo do Estado, para que possamos criar mecanismos de proteção em relação a esse processo de importação.

Criou-se uma lenda na Região Sul da Bahia que a vassoura de bruxa foi o PT que levou para a região pelo PT. Criou-se uma lenda, um debate. Há até livros escritos sobre esse tema, que depois virou piada internacional. Mas, de qualquer maneira, houve esse tipo de manifestação. Inclusive há na região um grupo que entrou com uma ação na Justiça cobrando ressarcimento da União, uma vez que, segundo eles, a Seplac deu o remédio equivocado para essa doença, a vassoura-de-bruxa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado. Já temos número suficiente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Diante desse quadro todo, eu acho que a gente deveria fazer outros debates na Comissão de Agricultura e que possamos levar isso ao secretário de Agricultura, para que possamos trabalhar de forma unificada para proteger essa nossa cultura do cacau.

O Sr. Manassés:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, questão de ordem também.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Serei breve, Manassés, e passo para V.Ex^a. Só para esclarecer um ponto com o deputado Rosemberg, que me ajuda quando traz o questionamento dele. Existem duas formas de adquirir as milhas: uma é na compra pelo cartão de crédito e a outra é no embarque. O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul criou um núcleo e eles já utilizam essa ferramenta. Como eles fazem no Rio Grande do Sul? Eles têm um banco de milhas que o funcionário ao comprar uma passagem aérea, o Tribunal ao comprar e ele voar, a regulação controla e com o número de passagens voadas automaticamente ele tem que...

(O deputado Rosemberg Pinto fala fora dos microfones.)

Se for lei, não tem anuência. Aquilo não pertence mais ao indivíduo, aquilo pertence ao Estado. No caso de lá, ao Tribunal de Contas, ou seja...

O Sr. Rosemberg Pinto:- É preciso, permita-me...

O Sr. Adolfo Viana:- Com relação à compra é um fato que a gente consegue. Com relação às milhas voadas, é preciso ser discutido de que maneira ele vai doar.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mesmo na compra, fica vinculado ao indivíduo. É preciso que tenha a anuência...

O Sr. Adolfo Viana:- Na compra?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Mesmo na compra, porque se compra para alguém. Não se compra para o Estado ou para a Assembleia.

O Sr. Adolfo Viana:- As milhas são do cartão de crédito, deputado. As milhas da compra não são ligadas à companhia aérea.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu digo das companhias aéreas, das passagens. Quando você compra ela está vinculada ao nome.

Eu não quero problematizar para negar o projeto, muito pelo contrário. Eu estou querendo problematizar para que possamos tirar todos os questionamentos e que possamos aprovar sem correr o risco de ter uma lei inexecutável.

O Sr. Manassés:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem para o deputado Manassés? Pois não.

O Sr. Manassés:- Eu gostaria de falar a respeito do projeto do álcool gel. Já estou, desde o início do ano lutando por esse pleito para que essa lei seja aprovada. Esse projeto vai beneficiar, principalmente, as crianças na parte da prevenção. Esse projeto existe em outros municípios, em outros estados. Já é lei e serve como meio de prevenção. Por que é que eu disse crianças? Porque hoje a maioria dos adultos acabam levando bactérias, doenças, para dentro das suas próprias casas, dos seus lares, para os seus próprios filhos. Com o hábito de lavar as mãos ou passar o álcool gel vai se evitar um monte de doenças. E quem acaba adquirindo a maioria dessas doenças, essas bactérias, são as crianças. Isso já existe em outros estados, em outras cidades, com um êxito muito grande.

Essa matéria está, desde o começo do ano, para ser aprovada. O governo já levou pra lá para poder transformar isso, vamos dizer assim, dentro da lei ou dentro do possível. E eu estou, desde janeiro, pleiteando para que esse projeto seja aprovado. E sei que nesta Casa temos deputados, como o Líder da Maioria, Zé Neto, o Líder da Minoria, Sandro Régis, que sabem a importância que tem a prevenção. Prevenir hoje é muito mais econômico para o Estado, para o governo do que tratar. Porque os hospitais já vivem lotados, a saúde está um caos e nós temos um projeto para evitar doenças e contaminações. Simplesmente com o hábito de se higienizar as mãos antes das refeições, antes de você ter contato ou levar para dentro da sua casa.

Peço aos Líderes desta Casa que avaliem a possibilidade de colocar o projeto hoje ou amanhã para ser aprovado nesta Casa. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Falará o deputado Targino Machado pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu quero chamar a atenção de todos os senhores para duas coisas: no início deste mês de novembro estive na Bahia o ministro do STF Lewandowski, no 6º Encontro Nacional de Juízes Estaduais, que é realizado a cada 3 anos pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Ele fez um discurso defendendo que juízes não devem ter vergonha de pedir aumento.

(Lê) *“O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski defendeu que os juízes do país não tenham vergonha de reivindicar reajustes salariais, ao discursar na abertura do Encontro Nacional dos Magistrados Estaduais na noite desta quinta-feira (3) em Porto Seguro (BA).*

Ao falar sobre as perdas salariais dos juízes, o ministro do STF disse que 'não há vergonha nenhuma nisso, porque os juízes, no fundo, são trabalhadores como outros quaisquer e têm seus vencimentos corroídos pela inflação.'...”

E continua Lewandowski: (Lê) *“(...) 'Condomínio aumenta, IPTU aumenta, a escola aumenta, a gasolina aumenta, o supermercado aumenta, e o salário do juiz...’ é um tiquinho, “(...) não aumenta?’...”*. São palavras do Lewandowski.

E questiona aos juízes: será que *“(...) 'reivindicar...’ aumento de salário “(...) é feio? É antissocial isso? Absolutamente, não!’*.

Após aplausos...” de 600 e tantos juízes “(...) o ministro completou: 'para que possamos prestar um serviço digno, é preciso que tenhamos condições de trabalho dignas e vencimentos condizentes com o valor do serviço que prestamos para a sociedade brasileira’”.

O que chamo a atenção é que o que nós precisamos nesse momento não é defender aumento de salário. Se propuserem aqui um aumento do salário dos deputados eu antecipo que serei contrário, porque o momento político não recomenda. Enquanto se quer impor, infringir sacrifícios à população e se quer aumentar salários, deputado Zé Raimundo, deputado Carlos Geilson, justamente daqueles que ganham supersalários, salários até além do teto. Quero pedir, encarecer o deputado Fabrício, que foi sorteado relator do requerimento que apresentei tempestivamente há cerca de 10 dias à Mesa Diretora solicitando a criação de uma Comissão Especial para apurar os supersalários além do teto nos 3 poderes na Bahia.

E quero encarecer ao deputado Fabrício que precisamos dar uma resposta à população. E quero encarecer ao presidente Marcelo Nilo que seja cabo eleitoral desse requerimento, porque, como V.Ex^a disse, se presidente não fosse da Casa, colocaria no requerimento também a sua assinatura.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de encerrar a sessão, lembro a V.Ex^{as} que há uma sessão extraordinária a iniciar-se um minuto após o encerramento desta.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.